



# A Grande Transformação. As origens da nossa época.

## Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi

### INDICE

<b>EDITORIAL .....</b>	<b>2</b>
<b>MATÉRIA DE CAPA .....</b>	<b>3</b>
<i>Karl Polanyi, 1886-1964.....</i>	<i>3</i>
<i>A obra de Polanyi para compreender o presente.....</i>	<i>5</i>
Entrevistas com: Jean-Michel Servet, Michele Cangiani, Guy Roustang e José Rubens Damas Garlipp .....	5
<i>O processo de mercantilização é anti-natural.....</i>	<i>24</i>
Por Luiz Gonzaga Belluzzo .....	24
<i>Polanyi – outras contribuições .....</i>	<i>26</i>
<b>DESTAQUES DA SEMANA .....</b>	<b>28</b>
<b>ARTIGO DA SEMANA.....</b>	<b>28</b>
Como preencher o déficit ético das democracias. a religião de nós, modernos .....	28
Por Pietro Scoppola.....	28
Quem negligenciou a força da Igreja .....	30
Entrevista com Rémi Brague.....	30
<b>ENTREVISTA DA SEMANA.....</b>	<b>33</b>
Como entender a ética econômica social ? .....	33
<b>ANÁLISE DE CONJUNTURA .....</b>	<b>36</b>
Golpismo? Da Direita? Da Esquerda? Não há golpismo. Há um jogo político pesado .....	36

Entrevista com Maria Victoria Benevides .....	36
TEOLOGIA PÚBLICA .....	39
Pluralismo ou intransigência? .....	39
DEU NOS JORNAIS .....	41
FRASES DA SEMANA .....	47
<b>EVENTOS IHU .....</b>	<b>49</b>
IHU IDÉIAS .....	49
Arte: verso e reverso .....	49
Dilemas do neoliberalismo .....	50
III CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL .....	50
I CICLO DE ESTUDOS REPENSANDO OS CLÁSSICOS DA ECONOMIA .....	53
QUARTA COM CULTURA UNISINOS .....	54
Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia .....	54
CADERNOS IHU IDÉIAS .....	54
Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro .....	54
As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes .....	55
CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA .....	55
Teologia e comunicação .....	55
<b>IHU REPÓRTER .....</b>	<b>56</b>
ROBERTO TYSKA BUENO .....	56

## EDITORIAL

Há três anos, um professor universitário teve seu projeto de pesquisa rejeitado porque analisar a obra de Karl Polanyi era algo ultrapassado. A justificativa apresentada dizia que, depois da publicação do livro **A Grande Transformação**, de Karl Polanyi, muitos outros livros muito mais interessantes e atualizados haviam sido publicados.

Na academia brasileira, realmente, são poucos, pouquíssimos, os professores e pesquisadores que se debruçaram sobre a obra de Karl Polanyi, especialmente, sobre o livro, um clássico, **A Grande Transformação. As origens da nossa época**, publicado há sessenta anos.

Neste número do **IHU On-Line**, retomamos a obra de Polanyi num momento em que governos que foram eleitos para promoverem mudanças socioeconômicas se apegam ardorosa e, até, religiosamente, a mais pura ortodoxia do mercado. Cada vez mais, as grandes opções políticas são submetidas aos imperativos do setor financeiro, e a marcha da economia é confiscada por um pequeno número de atores que escapam a todo e qualquer controle.

A contundente análise de Polanyi da “subordinação da substância da sociedade às leis do mercado” é de uma atualidade mais do que surpreendente. Não é por acaso que economistas que se sentem insatisfeitos com os conteúdos das teorias econômicas ensinadas na academia, e que começam a se interessar por novas práticas de solidariedade, formas alternativas de

economia e por uma economia ecologicamente sustentável, retomem a leitura, a análise e o debate de uma obra clássica como **A Grande Transformação**, de Karl Polanyi.

Querendo contribuir nesta empreitada, a revista **IHU On-Line** desta semana discute este clássico. Contribuem neste debate dois economistas brasileiros, Luiz Gonzaga Belluzzo e José Rubens Damas Garlipp, dois economistas franceses, Jean-Michel Servet e Guy Roustang e um economista italiano, Michele Cangiani.

Também nesta edição, debatemos um clássico da historiografia brasileira, **Da senzala à colônia**, de Emilia Viotti da Costa. A própria autora estará conosco aqui na Unisinos, apresentando este livro na programação do **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Ela também apresentará o tema *Sucessos e fracassos do Mercado Comum Centro-Americano: dilemas do neoliberalismo* no **IHU Idéias** desta quinta-feira.

A leitura e o debate destes clássicos poderão ajudar para que a universidade, cada vez mais, esteja atenta à realidade da sociedade na qual ela está inserida e saiba responder aos seus reclamos de justiça e equidade social.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

[\(Voltar ao índice\)](#)

## MATÉRIA DE CAPA

### KARL POLANYI, 1886-1964

*Reproduzimos, a seguir, algumas notas biográficas de Karl Polanyi publicadas no sítio do Instituto Karl Polanyi de Economia Política, na Universidade Concordia, de Montreal, Canadá.*  
<http://artsandscience.concordia.ca/polanyi/pubs/about.html>

Karl Polanyi nasceu em Viena, no dia 21 de outubro de 1886. Faleceu aos 23 de abril de 1964, em Pickering, Ontario. Foi filho de um engenheiro e empresário húngaro, Michael Pollacsek, e de uma russa, Cecile Wohl, que foi uma figura familiar na sociedade intelectual húngara.

Karl Polanyi estudou nas universidades de Budapest e Kolozsvár, tornando-se doutor em Direito em 1909. Na universidade, ele participou da fundação do Círculo Liberal Galilei (Galilei Kör) em 1908, movimento cultural húngaro de estudantes radicais, sendo seu primeiro presidente. Polanyi continuou membro do Círculo Galilei até 1910, quando conseguiu emprego no escritório jurídico de seu tio. Ele foi chamado para a corte de justiça em 1912, mas não gostou da profissão. O Círculo Galilei fundou o jornal *Szabadgondolat*, com Karl Polanyi como editor, até 1919, quando o mesmo foi extinto.

De 1915 a 1917, Karl Polanyi serviu como oficial do regimento de cavalaria do exército Austro-Húngaro no front da Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. Devido a uma grave enfermidade, ele foi hospitalizado em Budapest e depois em Viena, em 1919, onde ele conheceu Ilona Duczynska, com quem casou em 1923. Convalescente em Viena, Polanyi escreveu um amplo (não-publicado) manuscrito, tratando de diversos tópicos, incluindo ciência, medicina, as origens do sofrimento humano e a moralidade dos comunistas. Em 1921, Karl Polanyi ingressou na equipe do semanal *Bécsi Magyar Ujság*, editado por Oscar Jászi.

De 1924 a 1933, Karl Polanyi foi empregado em *Der Oesterreichische Volkswirt*, um destacado semanário econômico e financeiro da Europa Central, publicado em Viena. Ele se especializou

em negócios internacionais e atuou como editor adjunto até 1933, quando o surgimento do fascismo na Áustria e na Alemanha o forçou a desistir do jornal. Ele emigrou para Londres, mas continuou a contribuir com artigos para o *Vokswirt* até 1938. Nos seus anos em Viena, ele conduziu um pequeno «seminário» não oficial em sua casa, nos moldes de uma economia associativa democrática socialista.

Logo que chegou à Inglaterra, ele participou do Christian Left Group, e co-editou ***Christianity and the Social Revolution*** (1935) com John MacMurray, Joseph Needham e outros. ***The Essence of Fascism*** foi sua contribuição para essa coleção de publicações. Em 1935, Karl Polanyi recebeu uma oferta do International Institute of Education para falar em universidades e colégios americanos sobre negócios mundiais correntes. No percurso de suas diversas turnês de cursos nos Estados Unidos, ele visitou 38 estados.

A partir de 1937, Karl Polanyi foi protetor da *Workers Educational Association* (Associação Educacional dos Trabalhadores), programa de educação de adultos das universidades de Oxford e Londres. Seus cursos sobre história social e econômica inglesa e negócios internacionais contribuíram diretamente para ***The Great Transformation. The political and economic origins our time.*** (A grande transformação. As origens de nossa época<sup>1</sup>), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. De volta a Londres, em 1943, ele reassumiu seu posto na *Workers Educational Association* e foi, muitas vezes, convidado para dar cursos em outras instituições, incluindo o *Royal Institute of International Affairs*.

Em 1940, uma bolsa trienal Rockefeller lhe oportunizou assumir uma posição como estudante residente no Bennington College, em Vermont, onde foi escrito o seu livro mais importante, ***A grande transformação***, publicada, nos Estados Unidos, em 1944. À sua mulher foi oferecida uma posição de professora de Matemática e ela foi viver com ele em 1941. Os seus cursos foram bem recebidos e Karl Polanyi foi muito estimado como professor e como pessoa. Em 1943, durante a guerra, os Polanyis retornaram a Londres, onde eles se envolveram intensamente com negócios políticos húngaros.

Em 1947, Karl Polanyi foi nomeado professor visitante de Economia na Columbia University, em Nova York. Até sua aposentadoria em 1953, ele lecionou História Econômica Geral, no curso *Origens das Instituições Econômicas*, apoiado por uma bolsa do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade de Columbia. Por ter sido negada a Ilona Duczynska a entrada nos Estados Unidos, em vista de anterior atividade no partido comunista na Hungria e na Áustria, os Polanyis passaram a residir no Canadá, em Pickering, perto de Toronto, em 1950. Karl Polanyi, então, viajou, regularmente, à cidade de Nova York.

Após o jubileamento de sua atividade docente na idade de 67 anos, Karl Polanyi recebeu uma segunda bolsa, desta vez da Fundação Ford, para continuar a pesquisa interdisciplinar sobre *Aspectos econômicos do crescimento institucional*. Junto com Conrad Arensberg e a assistência de Harry Pearson, como secretário executivo do projeto, Karl Polanyi dirigiu a pesquisa de um grupo brilhante de estudantes mais jovens. O resultado foi ***Trade and Market in the Early Empires*** (Comércio e Mercado nos Antigos Impérios) (1957), que inclui os escritos semanais de Polanyi em *The Economy as Instituted Process* (A economia como processo instituído). Essa obra foi seguida por ***Dahomey and the Slave Trade. The Livelihood of Man*** (Dahomey e o comércio de escravos e a subsistência humana) (1977), obra póstuma, editada

---

<sup>1</sup> Em português: ***A Grande Transformação - as origens de nossa época***. Rio de Janeiro: Campus, 1980 (edição relançada em maio de 2000). (Nota do *IHU On-Line*)

por Harry Pearson, utilizando os apontamentos de aula e importantes obras inéditas de Karl Polanyi. Sua obra foi traduzida para vários idiomas.

Em 1963, Karl Polanyi e Ilona Duczynska publicaram conjuntamente ***The Plough and the Pen. Writings from Hungary 1930-1956*** (O arado e a caneta. Escritos da Hungria de 1930 a 1956), levando a literatura húngara para o público inglês. Em outubro de 1963, um ano antes de sua morte, Karl Polanyi visitou a Hungria pela primeira vez, desde 1919. Por ocasião de seu retorno ao lar, ele apresentou uma série de cursos à academia húngara de Ciências. Seu último ato foi a fundação de um jornal trimestral intitulado *Co-existence*, editado por Rudolf Schlesinger. Os restos mortais de Karl Polanyi e Ilona Duczynska foram levados para um cemitério de Budapest, por ocasião da celebração aos cem anos da vida, e em homenagem à obra de Karl Polanyi, organizada pela Academia Húngara de Ciências em 1986.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## A OBRA DE POLANYI PARA COMPREENDER O PRESENTE

**Entrevistas com: Jean-Michel Servet, Michele Cangiani, Guy Roustang e José Rubens Damas Garlipp**

*A matéria de capa da presente edição foi elaborada, com base em uma pesquisa sobre os principais estudiosos de Karl Polanyi no Brasil e no exterior. A eles foram feitas perguntas sobre as contribuições do economista para a sociedade e as relações com o cenário contemporâneo. Apresentamos, a seguir, além de uma breve apresentação de nossos entrevistados, alguns aspectos que eles levantaram, sem a pretensão de esgotar aqui o tema e, muito menos, a riqueza do autor e de sua obra. Todos os entrevistas, a seguir, foram concedidas ao **IHU On-Line**, por e-mail.*

**Jean-Michel Servet** é professor de Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas e Gestão na Universidade de Lumière Lyon 2. Doutor em economia pela Universidade Lumière Lyon 2, é membro do Conselho de Administração do Instituto Karl Polanyi, na Universidade de Concordia, em Montreal, Canadá. Desde 2001, é diretor de pesquisa e vice-presidente da Comissão de Ciências Sociais do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento. Autor de diversos livros, entre os quais destacamos: ***L'euro au quotidien***. Paris: Desclée de Brouwer, 1998. ***Une économie sans argent - Les systèmes d'échange local. Du troc au lien social***. Paris: Seuil, 1999. ***La modernité de Karl Polanyi***. Paris/Montréal: L'Harmattan, 1998.

**Michele Cangiani** é economista e sociólogo, pesquisador e professor nas universidades de Bolonha, Toronto e Cornell. Seus campos de interesse são as teorias políticas e econômicas do século XX, o desenvolvimento econômico recente na Itália, análise comparada dos sistemas econômicos e a obra de Karl Polanyi. Suas publicações mais recentes são: ***Economia e democrazia*** Pádua: Il Poligrafo, 1998; ***L'economia veneta tra crescita e trasformazione*** [A economia vêneta entre crescimento e transformação], Venetia, 2001.

**José Rubens Damas Garlipp** é professor no Instituto de Economia, na Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Economia e em Administração pela PUC-Campinas. É mestre em Economia pela UFPE e doutor em Economia pela Unicamp, com tese intitulada *Economia Desregrada - Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo*.

**Guy Roustang** é economista e sociólogo, diretor honorário do departamento de Economia e Sociologia do Trabalho, no Centro Nacional de Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS).

Autor de *Vers un nouveau contrat social*, Paris: Desclée de Brouwer, 1996; *L'économie contre la société*, Paris: Syros, 1987; *L'emploi : un choix de société*. Paris: Syros, 1987 ; *Le travail autrement*. Paris: Dunod, 1982.

**IHU On-Line - Qual considera a principal contribuição de Karl Polanyi e como ele ajuda a compreender o cenário contemporâneo?**

**Jean-Michel Servet** - No contexto atual de dominação dos ideólogos neoliberais, tanto nas instituições internacionais quanto nas nacionais, a principal contribuição de Karl Polanyi é, sem dúvida alguma, sua crítica radical do pretendido caráter natural do mercado. Esta crítica se encontra tanto em *A Grande Transformação* como em *Trade and Market in the Early Empires*, como também em seus dois volumes de artigos que foram editados em inglês, em 1968, por George Dalton<sup>2</sup> (sob o título *Primitive, Archaic and Modern Economies*) e, em 1977, por Harry Pearson (sob o título *The Livelihood of Man*). Polanyi consagrou uma grande parte de sua vida intelectual acadêmica para trabalhar a história econômica e, depois, na última parte de sua vida, no que se pode reconhecer como a antropologia econômica, para argumentar esta crítica e mostrar como se articulavam e se completavam, nas sociedades humanas, princípios de reciprocidade, de redistribuição e de permuta, sem esquecer as bases domésticas.

**Guy Roustang**- K. Polanyi mostra como a sociedade de mercado, ou seja, uma sociedade gerada como auxiliar do mercado, pode levar somente a catástrofes, considerando-se que ela faz com que o trabalho, a terra e a moeda sejam mercadorias. K. Polanyi afirma que os mercados existem desde o final da Idade da Pedra, mas seu papel foi secundário até a época moderna. Eles eram integrados a instituições que organizavam a produção e a repartição dos bens. No século XIX, passamos a um sistema econômico, comandado, regulado e orientado unicamente pelos mercados. A produção e a distribuição dos bens são, então, asseguradas por meio de um mecanismo auto-regulado pelos preços. "Ao invés da economia ser inserida nas relações sociais, como foi o caso em todas as sociedades que precederam nossa época moderna, são as relações sociais que estão inseridas no sistema econômico". Para Polanyi as maiores catástrofes da primeira metade do século XX (grande crise de 1929, domínio do nazismo e do fascismo, Segunda Guerra Mundial) "residem na empresa utópica pela qual o liberalismo econômico quis criar um sistema de mercado auto-regulador". No final de seu grande livro, em 1944, ele afirmava com otimismo que a grande transformação havia acontecido, que o sistema econômico tinha cessado de determinar a lei da sociedade e que a primazia da sociedade sobre o sistema estava então novamente garantida. Após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento dos Estados protetores nos países industrializados lhe dava razão. Mas hoje, sessenta anos após a publicação de seu livro, a transformação universal resultante da globalização liberal é o oposto do que ele esperava, a ponto da crítica de a sociedade de mercado, feita por Polanyi, se justificar. Ela esclarece os problemas dos quais sofremos, resultado do credo liberal que se destaca com arrogância sobre o planeta. Polanyi é ainda atual. Há o triunfo da sociedade de mercado com o cortejo dos problemas denunciados

---

<sup>2</sup> George Dalton é antropólogo estadunidense e discípulo de Karl Polanyi. É autor de *Economic Anthropology and Development: Essays on Tribal and Peasant Economies*. New York/London: Basic Books, 1971 e *Economic Development and Social Change: The Modernization of Village Communities*. New York: The Natural Press, 1971.

por Polanyi: desemprego e precariedade, comunidades agrícolas inteiras ameaçadas pelo livre comércio, pelo caos monetário com o rei dólar. Permitir ao mecanismo do mercado de dirigir sozinho o destino dos seres humanos e de seu meio natural tem por resultado a destruição das sociedades. A autonomia da economia em relação às finalidades políticas pode somente conduzir à exploração do trabalho, à destruição da natureza, ao sistema monetário internacional caótico e à decadência cultural.

**José Rubens Garlipp** - Em sua obra mais prestigiada, ***A Grande Transformação***, publicada em 1944, Polanyi procura desvendar a gênese da economia capitalista, em um movimento de desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico. Busca, assim, desvelar como a categoria fundante do livre-mercado é teórica e historicamente engendrada. A tarefa a que se propõe requer, a um só tempo, que sejam desnudados os processos pelos quais o mercado se separou das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, na esteira de uma esfera econômica autônoma com intenção de dominar a sociedade.

A contribuição de Polanyi pode ser tomada como uma singular demonstração de como o livre-mercado e a acepção clássica da economia simplesmente não subsistem fora dos marcos estreitos e datados do paradigma do “sistema de mercado” e de como a crise de 1929, as duas guerras mundiais, o fim do padrão-ouro e do livre-mercado desnudam o caráter artificial e fictício dos mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro, ao tempo em que desvelam a natureza anti-humana de uma tal arquitetura social. Deixada por si só, a sociedade, regida pelo mercado, pode degenerar, e a superação desse verdadeiro “drama da civilização” apenas poderia ser alcançada por meio da “reincrustação” das ações econômicas no tecido social, como ensaiado pelo arranjo societário expresso nas diferentes experiências de construção do *welfare state*.

É sob esse recorte analítico que Polanyi capta a dinâmica da sociedade moderna, resultado de um duplo movimento: “o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cerceava esta expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado”, ou seja, a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias, tornando clara a contradição imanente do sistema de mercado.

Sob esse enfoque institucional, Polanyi discute a economia como processo instituído, o mercado como realidade teórica e histórica, de modo que a originalidade de sua contribuição está na ‘desincrustação’ da economia, fruto da mercantilização das mercadorias fictícias sob o capitalismo, processo que se afigura um “moinho satânico”<sup>3</sup>, porque correspondente aos mecanismos implacáveis do mercado, moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata. Daí que entendo pertinente a contribuição de Polanyi, autor que se debruçou sobre os fundamentos da riqueza capitalista com vistas a estabelecer firme contraposição ao ideário liberal-conservador, ao mesmo tempo que sublinha a artificialidade do mercado auto-regulado e suas perversas conseqüências: “o *laissez-faire*, imposto pelo Estado, não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida. É de notar que a história econômica do capitalismo contemporâneo é, igualmente, a de um mundo que perde as suas referências e resvala para a instabilidade e crises recorrentes, na exata medida em que o

---

<sup>3</sup> Esta expressão é de Karl Polanyi, no livro ***A Grande Transformação***. (Nota do *IHU On-Line*)

desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Nesse sentido, entendo que um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo pode ser desenhado por meio do conceito de **economia desregrada** (Garlipp, 1996; 2001; 2004)<sup>4</sup>, que parece reprisar, ainda que sob uma moldura diferenciada e mais sofisticada, o quadro instável e crítico dos anos 1920 e 1930.

**IHU On-Line - Como o autor aborda a crítica dos fundamentos históricos e econômicos do liberalismo econômico e do determinismo tecnológico?**

**Jean-Michel Servet** - Lendo atentamente a sua obra, se está obrigado a concluir que aquilo que está em causa é, sem dúvida, menos a modalidade das permutas, isto é, o mercado, do que o fundamento essencial da economia de mercado, que é a propriedade privada e o princípio de concorrência como modo essencial de regulação e de exercício deste direito. É a ausência de um enquadramento dos direitos de propriedade que tem as conseqüências mais desastrosas sobre a vida social, sobre a cultura, sobre o meio ambiente, por uma negligência dos efeitos externos negativos da produção capitalista, não um modo de troca contratual que entretém os elos com a emergência da democracia. Karl Polanyi compreendeu perfeitamente que o preço de mercado só incluía uma pequena parte dos custos gerados por uma produção e que um grande número dos efeitos negativos eram, para esta produção, ingredientes gratuitos. O que está em causa não é, pois, tanto a permuta quanto o exercício sem limite dos direitos, privado e individual, de propriedade.

**Michele Cangiani** - Polanyi analisa a nossa sociedade e o seu desenvolvimento com um método que poderíamos dizer antropológico-cultural e comparativo. Trata-se, para ele, de compreender as características específicas da sociedade moderna. Ele ressalta que a economia, que, obviamente, em cada sociedade teve uma importância vital, na nossa sociedade, se torna autônoma e dominante, determina ela mesma a própria organização e a organização global da sociedade. Pode-se dizer que temos uma economia e uma sociedade “economicamente” organizadas. Polanyi critica a “falácia econômica”<sup>5</sup> em que entra a ciência econômica, a qual tem a tendência de atribuir à economia em geral as características desta particular forma social de organizar a economia, por meio de instituições específicas, tais como o mercado e a produção capitalista. Mesmo a econômica, como toda a ideologia, tem um fundamento real: de fato, a auto-regulação pelo mercado se impôs, na primeira fase da produção capitalista, como a solução do problema da organização social de uma economia, que a iniciativa “racional” dos indivíduos e os desenvolvimentos tecnológicos faziam crescer, tornando insuportáveis os vínculos tradicionais. A filosofia utilitarista e os desenvolvimentos naturalistas da ciência econômica no início do século XIX foram, ao mesmo tempo, o reflexo de tal evolução histórica e uma forma de justificá-la e promovê-la.

---

<sup>4</sup> Aqui, o entrevistado se refere aos textos: GARLIPP, J.R.D. 1996. Economia Desregrada - um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política. *Anais do I Encontro Nacional de Economia Política* (4), Niterói; GARLIPP, J.R.D. 2001. Economia Desregrada – Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no Capitalismo Contemporâneo. *Tese de Doutorado*. Campinas: IE/UNICAMP; e GARLIPP, J.R.D. 2004. Economia Desregrada. In: XAVIER, C.L. (org). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>5</sup> A expressão em inglês usada por Polanyi é “economistic fallacy”. (Nota do entrevistado)



**Guy Roustang** - Graças ao seu conhecimento da história e à sua abordagem antropológica, K. Polanyi faz o contraponto da filosofia social com as economias que defendem que a lei do mercado era um desenvolvimento natural, uma marcha evidente da modernidade em direção ao progresso. Segundo este pensamento ingênuo, a passagem dos mercados isolados a uma economia de mercado era o resultado natural da extensão deles. Ao contrário, segundo Polanyi, “o modelo do mercado enquanto tal era por natureza limitado e com poucas tendências de expansão”. E é a intervenção do Estado que impõe a economia de mercado intervindo de diversas formas e o impondo à sociedade. “A via do livre comércio foi aberta e assim mantida por um enorme crescimento do intervencionismo contínuo”, do poder central.

**José Rubens Garlipp** - Em sua leitura antropológica do mercado, Polanyi toma a economia como uma disciplina que, ao invés de “descrever” o mercado auto-regulado, na verdade o executa, na medida em que o produz por imposição, mais ou menos violenta, daquilo que ele deve ser. Nesse sentido, afirma, crítica e argutamente, que a ciência econômica não descobre as leis da natureza social, e sim, oferece uma interpretação em que se baseiam suas prescrições: “é o mito da conspiração antiliberal que, sob uma ou outra forma, é comum a todas as interpretações.... É assim que, sob sua forma mais espiritualizada, a doutrina liberal hipostasia o funcionamento de alguma lei dialética da sociedade moderna que torna vãos os esforços do pensamento esclarecido, ao passo que, em sua visão grosseira, ela se reduz a um ataque contra a democracia política, suposta como o principal reduto do intervencionismo. O testemunho dos fatos contradiz decisivamente a tese liberal. A conspiração antiliberal é pura invenção. A variedade das formas tomadas pelo contramovimento ‘coletivista’ não é devida a alguma preferência pelo socialismo ou pelo nacionalismo de parte dos interesses implicados, mas exclusivamente ao registro mais amplo dos interesses sociais vitais atingidos pelo mecanismo de mercado em expansão”. A teoria econômica clássica, afirma Polanyi, ignorou em vão a diferença de *status* existente entre os vários países, segundo a sua diferente capacidade de produzir riquezas, não reconhecendo que a unidade da sociedade se afirmou por intermédio da intervenção política, suplementando a auto-regulação imperfeita do mercado, inclusive do ponto de vista internacional. Não poderia ser diferente, posto que a auto-regulação não só não foi capaz de evitar o colapso do sistema econômico internacional como, ao contrário, conduziu à crise, deflagrada a partir da primazia da moeda - que aparece como pivô da política nacional - e da estabilidade do dinheiro como necessidade suprema da sociedade.

Ao registrar a insensibilidade ao “ponto cego da mentalidade de mercado”, o autor estabelece uma crítica de fundo à pretensa universalidade da economia, tal como advogada pela teoria convencional. Captar a dinâmica das sociedades concretas, afinal, supõe o movimento crítico que confine a economia em seu tempo, reduzindo sua validade universal: “se é fato que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens, isto não implica, outrossim, na existência de instituições econômicas separadas”.

**IHU On-Line** - Quais são os aspectos mais atuais da obra *A Grande Transformação - as origens de nossa época*, escrita 60 anos atrás?

**Jean-Michel Servet** - Sem dúvida, Karl Polanyi, ao publicar, quando a Segunda Guerra Mundial ainda não tinha acabado totalmente, *A Grande Transformação*, compartilhava das

mesmas convicções que Joseph Alois Schumpeter<sup>6</sup>, sobre o caráter inelutável de um futuro capitalismo enquadrado. O keynesianismo<sup>7</sup>, que iria guiar numerosas políticas públicas dos anos 1950 e 1960, não deixava pensar que Hayek<sup>8</sup> iria reaparecer no palco e se tornar um novo mestre a se pensar fundador do neoliberalismo contemporâneo. Após uma grande transformação, com o desmoronamento do bloco soviético e, em todo o planeta, privatizações e desregulamentações maciças, o mundo conheceu uma espécie de nova transformação. Sua crítica das conseqüências da primeira transformação (a do século XIX na Europa e na América do Norte) e sua análise da necessidade de enquadrar as forças do mercado e da propriedade privada são, pois, repletas de atualidade para compreender os riscos que, de novo, correm as sociedades humanas com esta nova transformação do último quarto do século XX e esta liberação dos direitos privados de propriedade, com a explosão das desigualdades que a caracterizam.

Uma rápida leitura de seus escritos permite pensar que a economia de mercado é, na virada do século XIX-XX, uma realidade. De fato, Karl Polanyi designa a terra, o trabalho e a moeda como *mercadorias fictícias*. O adjetivo fictício leva a pensar que nós fazemos como se elas fossem

---

<sup>6</sup> Joseph Alois Schumpeter (1883 –1950) foi um dos mais importantes economistas do século XX. Nasceu na cidade de Triesch, (à época, parte do Império Austro-Húngaro, atualmente na República Checa), em 1883, no mesmo ano da morte de Karl Marx e do nascimento de John Maynard Keynes. Começou a lecionar Antropologia em 1909, na Universidade de Czernovitz (hoje na Ucrânia) e, três anos mais tarde, na Universidade de Graz. Em março de 1919, assumiu o posto de ministro das Finanças da República Austríaca, permanecendo por poucos meses nesta função. Em seguida, assumiu a presidência de um banco privado, o Bidermannbank de Viena, que faliu em 1924. A experiência custou a Schumpeter toda a sua fortuna pessoal e deixou-o endividado por alguns anos. Depois desta passagem desastrosa pela administração pública e pelo setor privado, decidiu voltar a lecionar, desta vez na Universidade de Bonn, Alemanha, de 1925 a 1932. Com a ascensão do Nazismo, teve que deixar a Europa, e assim sendo, viajou pelos Estados Unidos e pelo Japão, mudando-se, em 1932, para Cambridge (Massachusetts, EUA), onde assumiu uma posição docente na Universidade de Harvard. Permaneceu ali até sua morte em 08/01/1950. Geralmente, Schumpeter não era considerado, pelos alunos, um professor muito bom, pois costumava resumir muita coisa a cada palestra; porém, adquiriu vários leais seguidores. O tema “Desenvolvimento econômico no capitalismo: a visão de Schumpeter” será apresentado pelo Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa, da Unisinos, no dia 31 de agosto de 2005, no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, na Livraria Cultura, no Bourbon Shopping Country, em Porto Alegre, e no dia 15 de setembro de 2005, pelo professor Dr. Paulo Bastos Tigre, da UFRJ, na sala 1G119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>7</sup> Expressão relativa às teorias do economista e financista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 2 de maio de 2005, outra entrevista na 144ª edição, de 6 de junho de 2005, dois artigos na 145ª edição, de 13 de junho de 2005, e um artigo no **Cadernos IHU Idéias** número 37, de 2005. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> Friedrich August von Hayek (1889 - 1992) foi um economista da escola austríaca. Hayek fez contribuições importantes para a psicologia, a teoria do direito, a economia e a política. Recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1974. Em psicologia, Hayek propôs uma teoria da mente humana segundo a qual a mente é um sistema adaptativo. Em economia, Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo Hayek, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado e deve evoluir espontaneamente. A mesma idéia foi aplicada ao direito. Hayek defendeu que um sistema legal produzido pela interação entre os tribunais e entre os tribunais e os casos específicos é melhor que um sistema legal planejado *a priori* por um legislador. Em política, propôs uma fórmula constituinte que procura garantir as suas idéias. Hayek estudou na Universidade de Viena, onde recebeu o grau de doutor em Direito e em Ciências Políticas.

mercadorias, mas, de fato, nenhuma sociedade pode funcionar e jamais funcionou duradouramente dessa maneira.

**Michele Cangiani** - Entre 1924 e 1938, Polanyi foi redator do semanal econômico e político vienense *Der Oesterreichische Volkswirt*. Os seus 250 artigos são hoje de grande interesse para a compreensão dos acontecimentos daquela época: a grande crise econômica e política, interna e internacional, e as “transformações” institucionais, que, de diversas formas – do fascismo ao *New Deal*<sup>9</sup> –, foram realizadas para sair da crise, melhor dizendo, do impasse no qual a sociedade se encontrava. A compreensão profunda do processo histórico que tais artigos revelam é um elemento importante da **Grande Transformação**. Esta obra, escrita durante a guerra, coloca a questão da organização futura da sociedade, terminada a guerra. Contrariando economistas liberais, tais como Mises<sup>10</sup> e Hayek, também provenientes do ambiente vienense, Polanyi sustenta que querer reconstruir um sistema baseado no livre mercado, é não somente um erro, mas impossível, visto que o capitalismo liberal terminou desde a Primeira Guerra Mundial. A falta de reconhecimento da queda daquela forma de “regulação” ou, como diz Polanyi, daquela “estrutura institucional” do capitalismo, e principalmente a oposição a qualquer solução alternativa que implicasse um “governo popular” e um controle democrático da economia, tiveram, como conseqüência, o fascismo e a guerra. E tratou-se justamente de conseqüências das contradições e da inevitável crise do “sistema de mercado”, não de fenômenos estranhos que poderiam ter sido evitados apoiando-se rigorosamente aos princípios liberais. Nessa perspectiva, **A Grande Transformação**, antes de ocupar-se do seu assunto específico, a crise e a transformação nos anos 1920/1930, reconstrói as origens e o desenvolvimento do sistema de mercado. Polanyi se favorece, com tal objetivo, do estudo da história, particularmente da história econômica e social inglesa, que lhe tinha sido útil para outra atividade que desenvolveu na Inglaterra a partir de 1933, o ensino nos cursos para adultos organizados pela *Workers Educational Association*. Creio que, mesmo para compreender a nossa situação atual, seja indispensável uma perspectiva histórica, que nos revele, principalmente, as características gerais da sociedade (de mercado-capitalista), na qual ainda nos encontramos, e também as características específicas das suas diferentes fases ou “estruturas institucionais”. Acredito que consista nisso a atualidade do livro de Polanyi.

**Guy Roustang** - Existe, primeiro, o fato de que a globalização atual e seu caráter destruidor podem ser compreendidos a partir do que Polanyi nos disse da sociedade de mercado. Mas pode-se insistir sobre outro aspecto. K. Polanyi estudou, ao mesmo tempo, as economias modernas e as economias tradicionais, o que lhe dá o distanciamento e abre as perspectivas para vislumbrar, no futuro, outras relações da economia-sociedade além das que conhecemos. K. Polanyi nos permite nos liberarmos da ideologia econômica que afirma que a economia se resume na economia de mercado. Na verdade, ele chama nossa atenção para o fato de que

---

<sup>9</sup> O *New Deal* foram políticas adotadas pelo presidente Franklin Roosevelt para os Estados Unidos saírem da Grande Depressão, a partir de 1933. O *New Deal* consagrava certa intervenção do Estado nos domínios econômico e social. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>10</sup> Ludwig von Mises (1881 - 1973) foi um dos mais importantes economistas do século XX, normalmente associado à escola austríaca. Em um de seus livros **Human Action** apresentou os fundamentos metodológicos dessa escola e integrou a teoria austríaca. Ele desenvolveu uma teoria do ciclo de negócios, baseada nas mudanças das relações do mercado de crédito. É uma teoria sobre a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo. (Nota do **IHU On-Line**)

todos os sistemas econômicos conhecidos até o final do feudalismo na Europa ocidental eram organizados sob a forma de reciprocidade, de redistribuição ou de economia doméstica, ou ainda de uma combinação das três. Isso permite transformar a hegemonia atual da economia de mercado em fatos e em ideologia, na idéia de uma economia plural. Dito de outra forma, é preciso reconhecer a importância da economia de mercado juntamente à economia solidária, repousando sobre a reciprocidade, a distribuição das riquezas pelos poderes públicos e a economia doméstica de autoprodução. A antropologia econômica que estuda o lugar oscilante da economia nas diferentes sociedades nos permite vislumbrar uma superação da sociedade de mercado, na qual estamos, e conjecturar uma melhor regulação da economia de mercado para uma concepção plural da economia.

**José Rubens Garlipp** – Não são poucas as questões que atualmente podem ser animadas pelas lições de Polanyi. Uma perspectiva com a qual desenvolvo uma agenda de pesquisa toma a atualidade do pensamento de Polanyi naquilo que pode ser expresso como viabilidade e urgência de subordinar a economia à política. Com o desmantelamento do consenso keynesiano e a ressurgência do ideário liberal conservador, assistimos, desde os anos setenta do século XX, a uma outra “grande transformação”, expressa na construção de circuitos internacionais produtivos e, principalmente, financeiros de valorização do capital, a qual propõe o desmantelamento do “padrão” global de desenvolvimento herdado do pós-guerra. Daí que as conseqüências perversas da *economia desregrada* não poderem mais ser mitigadas, principalmente, pela ação e por políticas públicas, dado que é da sua própria natureza continuar a gerar e regenerar contradições internas que não pode superar. Com efeito, hoje não estão mais disponíveis os instrumentos para disciplinar o capital, e é preciso notar que as transformações em curso favorecem uma nova realidade organizacional, mais coesa e centralizada, dos grandes conglomerados protagonistas da financeirização da riqueza. Nesse sentido, vale notar, na observação de Passet<sup>11</sup> (1996), a renovação das preocupações de Polanyi: “as grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. Confiscada por um pequeno número de atores, a marcha da economia se dobra às concepções de círculos de interesse que escapam a todo e qualquer controle”.

**IHU On-Line - Qual é a visão do autor do que foi a revolução liberal no século XIX e quais foram, e ainda são, as conseqüências desta revolução para os séculos XX e XXI?**

**Michele Cangiani**- No século XIX, é institucionalizado o “sistema de mercado” no sentido rígido, ou seja, um sistema econômico “separado”, que funciona segundo regras próprias. Um sistema baseado no “motivo do aproveitamento” e, por outro lado, no da “fome”. Isso significa que o trabalhador, “livre” tanto dos vínculos medievais como de qualquer disponibilidade de recursos e de qualquer dependência sociocultural que lhe garantissem a existência, podia e

---

<sup>11</sup> René Passet, economista francês, é professor emérito de Ciências Econômicas na Universidade Paris-I Panthéon-Sorbonne e ex-presidente do conselho científico da Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC). É autor de vários livros, entre eles, *L'Économique et le Vivant*. 2. ed. Paris: Econômica, 1996, premiado pela Académie des Sciences Morales et Politiques; *A ilusão neoliberal* (Une économie de rêve) São Paulo: Record, 2002; e *Elogio da globalização. Por um contestador assumido*. São Paulo: Record, 2003. Dele publicamos um artigo na 83ª edição, de 10 de novembro de 2003 e com ele realizamos uma entrevista, publicada na 103ª edição, de 31 de maio de 2004. (Nota do *IHU On-Line*)

devia, para satisfazer as suas necessidades, vender a própria força de trabalho. Tudo deveria ser facilmente encontrado no mercado e para cada mercadoria deveria instituir-se, livremente, o preço. Também para o trabalho, a terra e a moeda. Polanyi chama de “fictícias” estas três mercadorias, querendo dizer que elas são assim consideradas somente, e tipicamente, no sistema de mercado e que esta “dissimulação” cultural é antinatural, porque subordina o homem e o seu ambiente a um mecanismo impessoal e autônomo. Esta foi a solução utilitarista para o problema da organização de uma sociedade industrial baseada no desenvolvimento tecnológico. No século XX, a crise e a conseqüente “transformação” institucional dão lugar a um sistema que permanece o de mercado-capitalista, mas no qual a economia não é mais separada, no qual há uma intervenção político-sistemática no mercado por parte dos governos, solicitados pelos novos sujeitos sociais, que não são mais os indivíduos como na concepção liberal clássica, mas as *corporations*, os sindicatos de operários, os grupos de interesse de todo tipo. Passamos, assim, à regulação “corporativa” do desenvolvimento capitalista, na qual a economia não é mais institucionalmente “separada”, mas continua a ser autônoma, e a impor, mais do que antes, a própria lei para toda a sociedade. A segunda metade do século XX se divide numa primeira fase, a do corporativismo relativamente democrático e pluralista, da intervenção “keynesiana”, do *welfare state*<sup>12</sup> e, numa segunda fase, iniciada após a crise dos anos 1970 e vigente até agora. Nesta última, ocorreu a *deregulation* dos mercados, do mercado de trabalho e do financeiro, principalmente, com o objetivo de garantir novamente uma medida satisfatória de proveitos e poder à classe dominante. Em cada país, as organizações de defesa dos interesses das classes trabalhadoras perderam poder, enquanto o crescimento econômico readquiriu um valor absoluto, não levando em consideração os custos que ele descarrega sobre o ambiente social e natural. Mundialmente, a procura de força-trabalho de baixo custo não tem limites, e cada país é menos livre do que antes de procurar um próprio meio de desenvolvimento. De qualquer forma, como seria muito demorado para explicar, não se trata de um retorno ao século XIX: os mercados estão bem longe de serem “auto-reguláveis”, o entrelaçamento entre política e funcionamento da economia tornou-se cada vez mais estreito, os princípios políticos da democracia liberal tendem, cada vez mais, a serem esquecidos.

**Guy Roustang** - O mercado auto-regulador do século XIX difere de todos os sistemas econômicos que o precederam, na medida em que ele conta com o egoísmo econômico de cada um para garantir sua regulação. A verdadeira crítica que Polanyi faz à sociedade de mercado é que sua economia é fundamentada sobre o interesse pessoal. Segundo os economistas, a busca do lucro máximo é a motivação mais forte e o motor de todo progresso. Polanyi pensa, ao contrário, que “nada obscurece tão eficazmente nossa visão de sociedade como o preconceito economista” inteiramente materialista que afirma que “reunindo uma quantidade ilimitada de bens materiais, todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos”. Uma das provas de que o objetivo do lucro não é assim tão natural é apresentada por Polanyi quando ele lembra que os colonizadores europeus, para terem mão-de-obra, precisaram pressionar a população, cortando-lhes a subsistência ou obrigando-os a pagar impostos em moeda para forçá-los a se empregarem como assalariados. Da mesma forma, a passagem dos mercados isolados a um sistema de mercados auto-reguladores não se fez naturalmente; foi

---

<sup>12</sup> Em inglês: estado de bem-estar. *Welfare State* é expressão que abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios sócio-econômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do *IHU On-Line*)

imposta pelos Estados na Europa ocidental e, mais tarde, às colônias. Deixar ao mecanismo do mercado a responsabilidade de dirigir sozinho o destino dos seres humanos e de seu meio natural só poderia conduzir a desastres. É assim que a concepção do trabalho-mercadoria conduziu a “um abismo de degradação humana”, quando se chamou de capitalismo selvagem. Naturalmente, nos diz Polanyi, a sociedade, então, multiplicou as reações de autodefesa contra a sociedade de mercado. A história social do século XIX foi o resultado de um duplo movimento. De um lado, os mercados se expandiram pelo mundo inteiro; do outro, apareceram medidas destinadas a contrabalançar a ação do mercado relativo ao trabalho, à terra e à moeda, com a legislação do trabalho, as medidas tomadas para proteger as populações agrícolas, a criação de bancos centrais para permitir aos Estados de regularem suas trocas exteriores. Pode-se considerar que o duplo movimento de tudo manufaturar de uma parte e da vigilância desta manufatura de outra, se faz até hoje.

**José Rubens Garlipp** - Ao enfatizar o caráter arbitrário das estruturas do mundo da produção e da distribuição de mercadorias, Polanyi demonstra ter claro que a ontologia do *homo economicus* é a expressão de um capitalismo emergente que demanda a instituição do econômico como instância distinta, dirigindo e determinando a vida social: “um mercado auto-regulado exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política” e, no plano histórico, “a sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” (id., 83 e 84)<sup>13</sup>. A economia, em Polanyi, está assim referida ao paradigma do “sistema de mercado”, que é o que ele analisa criticamente, em contraposição a uma noção genérica e generalista de economia como toda e qualquer forma de organização da produção e distribuição de bens. O conceito de mercado, igualmente, não é uma referência a formas variadas que assumem os mercados ao longo da história, mas uma demarcação clara a respeito do *sistema de mercado* ou *economia de mercado*: “é justamente esse sistema auto-regulado de mercado o que queremos dizer com economia de mercado”... “uma economia dirigida pelos preços do mercado”, observa o autor (id., 58 e 59)<sup>14</sup>. Trata-se, então, de algo historicamente datado, instauração dramática do paradigma do interesse próprio, do mercado auto-regulado, cuja implantação se dá sob a égide das “mercadorias fictícias”: terra, trabalho e dinheiro. É, pois, por meio do processo de mercantilização das mercadorias fictícias que as normas de funcionamento do mercado auto-regulado submetem as condições de vida da sociedade a processos abstratos e impessoais, cujo mote e desiderato é o lucro. Daí que “a verdadeira crítica à sociedade de mercado”, em Polanyi (1944, p. 243)<sup>15</sup>, “não é pelo fato de ela se basear na economia - num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que basear-se nela - mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de excepcional”.

---

<sup>13</sup> Aqui o entrevistado se refere à obra de Polanyi **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> Aqui o entrevistado se refere à obra de Polanyi **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>15</sup> Aqui o entrevistado se refere à obra de Polanyi **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, considerando que o original é de 1944. (Nota do **IHU On-Line**)

**IHU On-Line - Como ele explica o progresso econômico e que leituras poderiam ser feitas da globalização econômica atual?**

**Jean-Michel Servet** - Não estou seguro que a expressão progresso econômico tenha um sentido em sua obra. Não me recordo que ele a empregue. Numa obra recente e muito estimulante pela diversidade das aproximações (*Autour de Polanyi*. Paris: Bocard, 2005, p. 2)<sup>16</sup>, sua filha Kari dá testemunho de sua perplexidade, no final dos anos 1950, em relação ao termo "desenvolvimento". Pelo que me diz respeito, eu considero a expressão "progresso econômico" um paradoxo, na medida em que os termos "progresso" e "economia" me parecem hoje amplamente contraditórios. Este, sem dúvida, não era o caso no século XVIII, quando o pensamento econômico podia ser considerado como um ingrediente revolucionário que, na Europa, contribuía para a destruição das ordens hierárquicas do Antigo Regime. Não esqueçamos, igualmente, por exemplo, que, até por volta de 1850, os economistas são bastante antimilitaristas, pois consideram que a permuta é portadora de paz e que as despesas militares são contraproduzidas. Vejamos também todos os escritos dos economistas contra a escravatura e seu discurso em favor da promoção do assalariado como força de libertação, relativamente às formas de trabalho servil. Nesse sentido, é possível falar de progresso econômico. Não se trata, então, notadamente, do mero acréscimo da quantidade de bens investidos para a produção e de bens consumidos; mas, este progresso, por meio das relações de produção, tem diretamente uma dimensão social e política. Pode-se supor que, para Karl Polanyi, o qual combateu as idéias reacionárias da maioria dos economistas, cuja maior parte, nos anos de 1930, propunha soluções que só podiam agravar a crise, as noções de progresso e de economia eram já contraditórias. Não há, em Polanyi, uma visão evolucionista dominante e sua análise dos modos de produção, de permuta e de financiamento não-capitalistas permitem sugerir que as raridades não são fatos objetivos, mas são instituídas pelas sociedades humanas. Todo progresso econômico cria, conseqüentemente, um sentimento de falta. Pode-se, então, falar de progresso?

**Guy Roustang** - Como já indicamos, em *A Grande Transformação*, Polanyi escrevia que, no interior das nações, "o sistema econômico cessa de determinar a lei da sociedade" e "que a primazia da sociedade sobre esse sistema está garantida". O desenvolvimento dos Estados-providência, em um contexto nacional, confirmou o que ele disse. Todavia, Polanyi demonstrava excessivo otimismo, quando pensava que os sofrimentos inerentes ao período de transição estavam superados. Tratava-se apenas de uma vitória provisória. Com a globalização liberal atual, se assiste a um questionamento dos Estados-providência que protegiam o trabalho, a um aumento do desemprego, a um agravamento das desigualdades tanto nos países do Norte como nos do Sul. Algumas análises inconformadas consideram que, se não houver um contramovimento à globalização atual, nós iremos inevitavelmente conhecer situações tão desastrosas como as que o capitalismo selvagem não conseguiu instaurar duravelmente. A globalização liberal tende a privilegiar a agricultura voltada para a exportação que garante lucros elevados aos grandes proprietários ou ao sistema comercial. Ela privilegia a especulação, negligenciando a especificidade de cada território e o desenvolvimento das culturas de subsistência, essenciais para a população mundial mais pobre. Para Polanyi, a terra

---

<sup>16</sup> *Autour de Polanyi. Vocabulaires, théories et modalités des échanges*. Nanterre, 12-14 juin 2004. Textes réunis par CLANCIER (Ph.), JOANNÈS (F.), ROUILLARD (P.) et TENU (A.). Paris: De Bocard. 2005. (Nota do *IHU On-Line*)

“assegura à vida do homem sua estabilidade; ela é a garantia de sua permanência... ela é paisagem e estações”. Rebaixar a terra somente a um fator de produção, uma mercadoria como qualquer outra, é esquecer seu caráter transcendente em relação à existência humana. “O que chamamos de terra é um elemento da natureza inextricavelmente relacionado com as instituições do homem. Isolá-la e fazer dela um mercado seria, talvez, o mais estranho de todos os empreendimentos de nossos ancestrais”.

**José Rubens Garlipp** – Para Polanyi, a Revolução Industrial se traduz em um daqueles grandes pontos de inflexão da história humana: “o fato fundamental é que a máquina criou uma nova civilização”. A um só tempo em que emergem forças produtivas características da civilização industrial, são transformadas as bases produtivas e, igualmente, o caráter do próprio homem. “A produção mecânica em uma sociedade comercial supõe nada menos que a transformação da substância humana e natural da sociedade em mercadorias”. Trata-se de um processo em que são criadas novas relações interpessoais, agora orientadas, reconhecidas e sancionadas tão somente pela lógica mercantil. No entanto, são relações “*capazes de aniquilar a raça humana*”. O culto à razão substantiva e instrumental, em que a primazia da eficácia busca justificar-se no *homo oeconomicus*, não faz mais que perseguir um progresso econômico assentado na aniquilação da própria substância humana. Ao apanhar uma tal contradição, Polanyi desvela a *raison d'être* do paradoxo da pobreza versus a abundância que bem caracteriza a sociedade moderna.

**IHU On-Line - Como Polanyi busca em outras ciências (história, antropologia, etc.) a explicação sobre a atividade econômica como integrada e embebida em outras atividades sociais? Como explica que a primazia do econômico, assim como a expansão e o predomínio do mercado, são fenômenos essencialmente modernos?**

**Michele Cangiani** - A formação de Polanyi ocorre entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É a época em que as ciências sociais, por um lado, renunciam às seguranças do positivismo e do evolucionismo, por outro colocam (novamente após Marx) o problema do capitalismo como forma específica de organização da sociedade (somente um nome entre tantos, Max Weber<sup>17</sup>). É o momento da crise do capitalismo liberal e, portanto também, da ciência econômica “clássica”, aquela baseada no modelo de mercado também em sentido normativo. Os economistas “heterodoxos” (como Veblen<sup>18</sup> e os institucionalistas

---

<sup>17</sup> Maximilian Weber (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. **Ética protestante e o espírito do capitalismo** é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. A edição brasileira mais recente foi publicada em 2004, pela Companhia das Letras, Rio de Janeiro. Com o título “Max Weber: a ética protestante e o espírito do capitalismo”. Cem anos depois”, o boletim **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17 de maio de 2004. O professor Antônio Flávio Pierucci ministrará a conferência de encerramento do **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, promovido pelo IHU, intitulada *Relações e implicações da ética protestante para o capitalismo*, no dia 10 de novembro de 2005. Está no prelo o **Caderno IHU em formação** sobre Max Weber. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), economista norte-americano. Foi um dos pensadores mais criativos da história do pensamento econômico norte-americano. Seu primeiro livro, **A teoria da classe ociosa** (1899), constituiu um protesto erudito e satírico contra os falsos valores e o desperdício social das classes mais altas. **A Teoria da empresa comercial** (1904) critica o sistema capitalista e prediz que este se transformará no fascismo ou no socialismo. Em **Os engenheiros e o sistema de preços** (1921), Veblen reservou uma posição de destaque aos cientistas e engenheiros na construção de uma nova sociedade econômica planejada. O tema “Entendendo o pensamento de Veblen” será



americanos: pensa-se nas diversas correntes socialistas ou em um grande capitalista como Rathenau), criticam a ineficiente sistemática do mercado com relação ao que deveria ser a sua função, a ótima distribuição dos recursos. Os antropólogos, espalhados pelo mundo, mesmo após a expansão colonial, constatam que a economia nas sociedades diferentes da nossa não é autônoma e dominante, mas, como diz Polanyi, *embedded* na sociedade, culturalmente determinada, meio (e não, fim) da reprodução social. Marcel Mauss<sup>19</sup> fala nesse sentido de “fato social total”, Malinowski<sup>20</sup> denuncia a unicidade (moderna e “ocidental”) do *homo economicus*. Polanyi baseia-se em tudo isso para contestar as generalizações da ciência econômica e para sustentar a necessidade de que a sociedade reassuma o controle sobre a própria economia. Tal controle deverá realizar-se por meio de instituições políticas democráticas, visto que a passagem para a modernidade é irreversível e, portanto, uma economia *embedded* no sentido tradicional é, ou deveria ser, a essas alturas, impossível.

**José Rubens Garlipp** – Polanyi se recusa a tomar a economia em seus termos absolutos, tal como apreçoam a ciência econômica então hegemônica e a sua versão atual (*economicus*). Recorre aos temas fundantes da antropologia, da sociologia, da história, da filosofia política, da ciência política, e adota o conceito aristotélico de “indivíduo societário”. Seu argumento, influenciado pela filosofia cristã, é que, em essência, cada indivíduo é social. Entretanto, em contraste com a idéia de indivíduo atomístico movido pelo egoísmo, um artifício próprio da razão instrumental, em Polanyi a ênfase recai sobre os elementos constitutivos que definem o indivíduo como ser social. Seu intuito é mostrar que, “Normalmente, a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida”. Ou ainda: “A primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas”. Com vistas a superar tal dificuldade, formula o conceito de incrustação (*embeddedness*), com o que busca mostrar a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais – algo que só encontra registro histórico com o advento da sociedade moderna, uma vez que, até

---

apresentado pelo Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério, da UFPEL, no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, dia 17 de agosto de 2005, na Livraria Cultura, no Bourbon Shopping Country, em Porto Alegre, e no dia 18 de agosto de 2005, na sala 1G119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>19</sup>Marcel Mauss (1872 - 1950) foi um sociólogo e antropólogo nascido quatorze anos mais tarde e na mesma cidade que Émile Durkheim, de quem é sobrinho. Trabalhou a vida toda para distinguir uma ciência propriamente social. Ciência distinta, por exemplo, da psicologia cujos objetos são, segundo Mauss, as representações individuais, enquanto, na ciência social, os objetos são as representações coletivas de caráter autônomo e inconsciente ao próprio indivíduo que as tem em sua consciência. É autor de, entre outros, **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>20</sup>Bronislaw Kasper Malinowski (1884 –1942) foi um antropólogo polaco. Malinowski nasceu na Cracóvia, Polônia. Ele é considerado um dos fundadores da moderna antropologia social, também conhecida como a escola funcionalista. Suas grandes influências incluíam James Frazer e Ernst Mach. Segundo o antropólogo Ernest Gellner, Malinowski tomou uma posição original em relação aos conflitos de idéias do seu tempo. Ele não repudiou o nacionalismo, uma das ideologias nascentes e marcantes do século XIX, mas fusionou o romantismo com o positivismo de uma nova maneira, tornando possível investigar as velhas comunidades, porém, ao mesmo tempo, recusando conferir autoridade ao passado. Ele rejeitou a especulação evolucionista e a manipulação do passado para fins do presente, pecados vulgares do seu tempo. A principal contribuição de Malinowski à antropologia foi o desenvolvimento de um novo método de investigação de campo, cuja origem remonta à sua intensa experiência de pesquisa na Austrália, inicialmente, com o povo Mailu (1915) e, posteriormente, com os nativos das Ilhas Trobriand (1915- 1917). (Nota do **IHU On-Line**)

então, fins do século XVIII, o sistema econômico encontra-se incrustado no sistema social. Por conta disso, o desenraizamento da esfera econômica das demais dimensões da vida social deve, pois, ser apanhado em perspectiva histórica. Daí o contraponto por ele proposto, no sentido de capturar a incrustação da economia nas demais esferas institucionais. Para tanto, Polanyi recorre a três princípios de integração para analisar as sociedades concretas: **reciprocidade, redistribuição e domesticidade** (*oeconomia*, ou seja, o próprio mercado), capazes de assegurar o funcionamento do sistema econômico e, por isso, se efetivarem, à medida que a organização das sociedades conta com a ajuda de padrões institucionais, tais como **simetria, centralidade e autarquia**. Recorrendo a tais princípios, o autor busca mostrar que não necessariamente o mercado subsume os dois primeiros – não-associados basicamente à economia -, a não ser em período histórico determinado, quando se instaura a crença de que o mercado é um sistema auto-regulado e, quando consiste na *hypóstasis* do mercado com atributos de agente autônomo.

**IHU On-Line - Qual foi a recepção do pensamento de Polanyi entre seus contemporâneos? E entre os economistas da atualidade?**

**Jean-Michel Servet** - Atualmente, uma pesquisa sobre os trabalhos que se referem, explicitamente, a Karl Polanyi, permite afirmar que muitas dezenas de milhares de textos o citam. Ele foi traduzido para uma quinzena de idiomas. Nós fizemos a revisão de ***La modernité de Karl Polanyi***<sup>21</sup>, obra publicada em 1998. Eu penso que Karl Polanyi, até os anos 1980, foi quase desconhecido para a maioria dos economistas. Contrariamente, seu pensamento foi mais amplamente discutido por um certo número de historiadores e de antropólogos que mobilizaram um bom número de seus conceitos. Trata-se, em particular, de autores de esquerda que estavam insatisfeitos com certos dogmas marxistas. As orientações dominantes dos economistas contemporâneos, em particular de autores que mobilizam a teoria dos jogos e que dão pouca importância às transformações das sociedades, e mesmo às próprias sociedades, para visarem apenas a um jogo de relações formalizadas, fazem com que o pensamento de Karl Polanyi lhes seja amplamente desconhecido e inútil nessa perspectiva, a qual é mais um novo ramo dos matemáticos e da lógica, do que de uma ciência social. Um certo número de economistas, que pouco lê os historiadores, o confunde com um historiador e o cita a propósito do mercado auto-regulado. É revelador que alguns entre eles confundem transformação e grande transformação e o citam como uma referência que eles manifestamente não leram. No entanto, notadamente na jovem geração, um certo número de economistas está totalmente insatisfeito, mesmo se eles devem se dobrar às regras dos jogos acadêmicos, com os conteúdos atuais e os paradoxos referentes ao real das teorias ensinadas, e Karl Polanyi abre novos horizontes a vários entre eles. É possível perguntar-se se essas leituras conduzirão a um retorno da economia política e em direção a certas questões que fundaram as suas origens, ou se estas leituras conduzirão a uma ruptura e à emergência de uma nova disciplina, que vai se autonomizando, ao mesmo tempo, da economia e da sociologia: a socioeconomia. É notável, em particular, que os autores que se interessam pelas novas práticas de solidariedade e às formas alternativas de economia, encontram, na leitura do outro Karl, eu quero dizer Polanyi, conceitos. Isso nos parece mais essencial do que a crítica das teorias passadas, pois novas relações de trabalho, de permuta e de financiamento devem

---

<sup>21</sup> Jean-Michel SERVET, Jérôme MAUCOURANT, André TIRAN. ***La modernité de Karl Polanyi***. Paris: L'Harmattan. 1998. (Nota do **IHU On-Line**)

ser pensadas para ultrapassar os limites das formas contemporâneas. Pensar as inovações sociais e as novas relações com o meio ambiente é indispensável para a difusão e a expansão das novas práticas, na perspectiva de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente duradouro. Sua análise das mercadorias fictícias, que são a terra, o trabalho e a moeda, é uma primeira etapa essencial para andar nesta direção.

**Michele Cangiani**- Polanyi tornou-se conhecido após a publicação, em 1957, do volume ao qual se dedicou, *Trad and Market in the Early Empires*, o qual provocou, imediatamente nos anos 1960, um debate sobre o método da análise comparada dos sistemas econômicos, e continuou a influenciar os antropólogos economistas (por exemplo, Sahlins<sup>22</sup> e Godelier<sup>23</sup>). Arqueólogos e historiadores da Antigüidade (por exemplo, Moses Finley<sup>24</sup>) basearam-se em suas idéias. Economistas e sociólogos atuais referem-se a Polanyi, embora freqüentemente não considerem um aspecto essencial do seu pensamento, que é manter a definição da sociedade de mercado, na sua complexidade e especificidade histórica, como ponto de partida e de referência. O estudo “institucional” da economia corre o risco, desta forma, de reduzir-se à análise da influência de fatores não-econômicos que modificam, na realidade concreta, o funcionamento do mercado, segundo o modelo da teoria econômica, a qual, como tal, é posta em questão. É necessário acrescentar que muitos aspectos do pensamento de Polanyi ainda não são considerados como mereceriam ser. **A Grande Transformação** e todas as obras precedentes poderiam motivar pesquisas inovadoras sobre questões de filosofia política (como o conceito de democracia e de liberdade) ou historiográficas (como o corporativismo, nas suas diversas formas, a natureza do fascismo, a política internacional entre as duas guerras mundiais).

**Guy Roustang - A Grande Transformação** foi publicada nos Estados-Unidos, em 1944. Como disse Louis Dumont<sup>25</sup>, em seu prefácio de tradução francesa, esse grande livro passou, mais ou menos, despercebido, pois sua tese chocava-se com todo o tipo de idéias mais ou menos concebidas. Ele não entrava nos contextos clássicos disciplinares. Era o livro de um economista, era também um livro de história que trazia em subtítulo As origens políticas e econômicas de nosso tempo, era igualmente de antropologia econômica. Foi preciso quarenta anos para que o livro fosse traduzido para o francês. Em meu livro *Le travail autrement*, publicado em 1982, tive que fazer referência à edição em inglês. Hoje, o livro de Polanyi tornou-se um clássico na França, mas isso não significa que sua abordagem da economia faça escola. A maior parte dos economistas continua agindo como se a economia pudesse ser pensada como uma disciplina autônoma em relação às outras ciências humanas. Entretanto, para a corrente da economia solidária, Polanyi é uma referência essencial.

---

<sup>22</sup> Nascido em 1930, Marshall Sahlins, professor de Antropologia na Universidade de Chicago, é um dos mais proeminentes antropólogos americanos da atualidade. Seu site pessoal é [http://www.mnsu.edu/emuseum/information/biography/pqrst/sahlins\\_marshall.html](http://www.mnsu.edu/emuseum/information/biography/pqrst/sahlins_marshall.html) (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>23</sup> Nascido em Cambrai, na França, em 1934, Maurice Godelier é um dos nomes mais influentes na antropologia estrutural francesa. Visto como um dos melhores defensores da incorporação do marxismo na antropologia, é conhecido também pelo seu trabalho de campo em Papua Nova Guiné, realizado nas décadas de 1960, 1970 e 1980. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>24</sup> Moses I. Finley (1912-1986): historiador americano, cuja especialidade é Antigüidade grega. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>25</sup> Louis Dumont (1911-1998), antropólogo francês, autor do clássico *Homo aequalis. Gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru: EDUSC, 2000. (Nota do **IHU On-Line**)

**José Rubens Garlipp** – Não podemos desconsiderar que *A Grande Transformação* é publicada no mesmo ano em que Friedrich Hayek, figura expoente do neoliberalismo econômico, desgostoso com as prescrições ideológicas intervencionistas dos anos 1930, advertia contra a regulação política em seu *O Caminho para a Servidão*. Ambos os livros estavam essencialmente interessados em compreender a emergente ordem mundial e em discutir as opções políticas futuras. Nesse contexto de importantes embates ideológicos, a visão que Polanyi oferece sobre o auge e declínio da sociedade de mercado não poderia ser ignorada. Nos Estados Unidos, *A Grande Transformação* encontrou a mais favorável recepção. Chamou a atenção de sociólogos americanos e de economistas institucionais, na tradição de Thorstein Veblen, John. R. Commons, Wesley C. Mitchell e outros. A propósito, uma apresentação notável foi escrita por Robert M. MacIver (também publicada na tradução brasileira), e o livro foi amplamente resenhado. Por muitos anos, o interesse acadêmico no trabalho de Karl Polanyi esteve quase exclusivamente voltado aos seus escritos em antropologia econômica, na sua rejeição à economia formal como uma ferramenta válida em pesquisa antropológica foi amplamente debatida. *A Grande Transformação* continua despertando interesse, tendo sido traduzida para quinze línguas. Nos anos recentes, novos trabalhos buscam apoio na obra de Polanyi com vistas a refletir criticamente sobre a globalização econômica, por encontrarem aí uma fundamentada crítica ao fundamentalismo de mercado.

**IHU On-Line - Como se relacionam, no autor, economia paz e democracia?**

**Michele Cangiani** - A paz, sustenta Polanyi, foi, no século XIX, um subproduto dos grandes interesses financeiros para um mercado vasto e seguro. Após a crise dos equilíbrios imperialistas e a Grande guerra, após a queda do sistema liberal na sua complexidade, pode-se ter a paz somente, perseguindo-a ativa e conscientemente. Isso é possível na medida em que se realize uma sociedade democrática, que quer dizer também, ou principalmente, uma sociedade na qual a economia seja dirigida por uma política democrática. Nos anos 1920, Polanyi considera a imposição do socialismo democrático uma condição para a paz, enquanto que o fascismo na Itália lhe parece naturalmente orientado para a guerra. Nos anos 1930, ele espera que uma opinião pública consciente e capaz de influenciar politicamente estimule os governos da Grã Bretanha e da França a mudar a sua postura “neutra” em relação à Guerra Civil na Espanha e a sua política de appeasement com relação a Hitler: de fato, não é necessário ser pacífico demais com os inimigos declarados de paz e com quem derruba, com a violência, as instituições democráticas. Num artigo do início de 1945, “Universal Capitalism or Regional Planning?”, a concepção de Polanyi permanece, fundamentalmente, a mesma, mas é reformulada, diante do papel hegemônico que os Estados Unidos decidiram assumir no mundo. Os EUA, observa Polanyi, parecem orientados a repropor a obsoleta ideologia liberalista e a difundi-la no mundo inteiro. Polanyi contraria esta estratégia “universalista” com a de deixar cada povo livre para dispor dos próprios recursos e organizar, de forma autônoma, a própria sociedade, a própria economia, principalmente, sem submeter-se aos interesses financeiros mundiais. Este é o sentido que ele dá à “co-existência”: não como equilíbrio (do terror) entre grandes potências que dividem o mundo. Para sustentar a sua concepção, ele fundou a revista Co-Existence, cujo primeiro exemplar foi publicado logo após a sua morte, em 1964.

**José Rubens Garlipp** – Depois de apresentar as quatro instituições que suportam a civilização do século XIX, a saber, o sistema de equilíbrio de poder; o padrão-ouro internacional; o

mercado auto-regulável; e o estado liberal criado por esse mercado, Polanyi adianta as causas do colapso do sistema internacional e mostra o destacado papel da *haute finance* como elo principal entre a organização econômica e política do mundo, na exata medida em que fornece os instrumentos para um sistema internacional de paz, certamente erigido com o auxílio e colaboração das grandes potências, uma paz cuja manutenção é explicada pela posição, organização e técnicas da finança internacional. Em sua leitura crítica, Polanyi deixa claro que fórmulas liberais, tais como “a paz mundial por meio do comércio mundial” não são suficientes, até porque nenhum sistema nacional ou internacional pode depender de reguladores automáticos. Orçamentos equilibrados, livre empresa, comércio mundial, câmaras internacionais de compensação e moedas estáveis não garantem, por si, uma ordem internacional estável. Para o autor, “as sociedades de mercado não são fruto do acaso ou mesmo de uma evolução natural, mas do artifício da intervenção política sistemática e recorrente, de modo que o caminho para o livre-mercado continua sendo aberto por meio de intervenções deliberadas”. Assim é que mercados controlados são, antes, norma em qualquer sociedade, ao passo que os mercados livres são produto de estratégias, planos e coerção política, sendo o livre mercado o produto final da engenharia social e da vontade política. Ocorre que a sua exequibilidade no século XIX só se explica enquanto as instituições democráticas em funcionamento são deficientes. Destarte, a “economia desregrada” do final do século XX e início do XXI parece requerer, igualmente, que “as regras do jogo do mercado [sejam] isoladas da deliberação democrática. A democracia e o livre mercado são rivais, não aliados” conforme bem assinalado por Gray (1998, p. 29)<sup>26</sup>.

***IHU On-Line - Qual foi, segundo o autor, a grande transformação nas origens de nossa época? Qual seria a grande transformação de nossa contemporaneidade?***

**Michele Cangiani-** O que foi realizado nos anos de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial não são os ideais políticos de Polanyi, a sua utopia radicalmente democrática, mas é uma forma de “regular” o desenvolvimento capitalista, diferente do liberal do século XIX e também do fascismo. Tivemos um corporativismo relativamente democrático, movimentos de liberação nacional, e, em geral, o fortalecimento das classes trabalhadoras, que conquistaram direitos sociais e uma distribuição da renda um pouco mais favorável para eles. Nos anos 1970 foi constatada a crise institucional e começou uma nova transformação. Já mencionei a respeito, respondendo à pergunta acima sobre o progresso econômico. Acrescento que houve uma “crise da democracia” que pode lembrar aquela dos anos 1920 e a interpretação feita por Polanyi: novamente a classe dominante julgou perigoso o poder político adquirido pelo movimento operário por meio das instituições democráticas e reagiu, temendo limitações e controles políticos da atividade econômica. Novamente, a democracia foi atacada, até mesmo de forma violenta, com golpes de estado e atentados terroristas. Polanyi, por um lado, explica toda a especificidade daquilo que chama de “conjuntura fascista” dos anos 1930; por outro, sustenta que “o vírus fascista” é permanente na sociedade capitalista, e tende a manifestar-se toda vez que a democracia pareça prejudicial ou, no mínimo, excessivamente custosa do ponto de vista dos interesses econômicos dominantes. Não posso aqui entrar na análise das transformações econômicas e políticas atuais. Limito-me a uma referência, o estudo sobre a

---

<sup>26</sup> GRAY, J. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro : Record, 1999. (Nota do *IHU On-Line*)

*Postdemocrazia* do sociólogo inglês Colin Crouch<sup>27</sup> (edição italiana publicada pela Editora Laterza, em 2003). Fala-se, entre outras coisas, do domínio das *global corporations*, da desintegração da classe operária globalizada e do caráter tecnocrático, ou seja, não-democrático, mas funcional do poder econômico financeiro, de órgãos internacionais como o FMI e a União Européia.

**Guy Roustang** - Pode-se considerar que, para Polanyi, a grande mudança resultante da revolução industrial e do nascimento da disciplina econômica terá sido a de conceber a economia sob um ponto de vista formal, ou seja, desvinculada do social com os indivíduos motivados por seu interesse pessoal e a busca do lucro máximo. A economia é, então, a ciência das escolhas racionais em busca da maximização do resultado. Com o subjacente materialismo que afirma, mais uma vez, que “reunindo uma quantidade ilimitada de bens materiais, todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos”, Polanyi não cessou de criticar esse formalismo econômico, nutrido como era, de história e de sociologia. Ao contrário do ponto de vista formal, Polanyi defende um ponto de vista substantivo que parte do princípio de que a economia funciona sempre em um contexto social e institucional em perpétua evolução. Nenhuma instituição é somente econômica. É claro que, em uma sociedade moderna, com uma economia de mercado, é mais fácil do que em sociedades tradicionais isolar as instituições econômicas, mas isso não justifica, porém, o formalismo econômico que quer fazer da economia uma entidade autônoma. Não somente o formalismo econômico é incapaz de compreender as sociedades que nos precederam, nas quais a economia era parte do sistema social, como ele é igualmente incapaz de tornar relativo o lugar ocupado hoje pela economia, de considerar que é uma situação histórica particular e que convém conceber outras relações economia-sociedade ou econômico-social para remediar a decadência da sociedade de mercado. A ideologia da economia, como um campo separado, tende constantemente a tornar ilegítimo toda tentativa de subordinar a economia a um projeto político, social, cultural.

Mais uma vez, o que caracteriza em última análise a sociedade de mercado para Polanyi, é o fato de que ela é fundamentada sobre o interesse pessoal. “O ganho e o lucro tirados das trocas não havia antes desempenhado um papel tão importante na economia humana”, pois, em um século, um novo sistema se expandiu sobre a maior parte do planeta que fez com que “a espécie humana fosse dirigida em todas suas atividades econômicas – senão igualmente políticas, intelectuais e espirituais – por essa única propensão particular”. A civilização do século XIX escolhe se fundamentar sobre o objetivo do lucro, o que nunca antes se havia visto. “No espaço de uma geração, todo o mundo habitado foi submetido à sua influência corrosiva”. Polanyi destaca seguidamente que uma calamidade social é, antes de tudo, um fenômeno cultural, e não um fenômeno econômico, pois a exploração econômica é a decadência cultural que denuncia K. Polanyi. Sessenta anos após a publicação de seu grande livro, só se pode constatar que a globalização liberal seguiu sua obra corrosiva em um capitalismo que estende sua ação sobre as atividades culturais. A incapacidade de colocar o crescimento econômico a

---

<sup>27</sup> Colin Crouch pesquisa temas relacionados à estrutura de sociedades européias, com referência especial ao mercado de trabalho, ao gênero e à família; sociologia econômica; e análise neo-institucional. Foi professor de instituições sociais comparativas e de ciências políticas no Instituto Europeu, de Florença. Também foi presidente de uma publicação trimestral política, e da Sociedade para o Avanço da Socioeconomia (SASE). Crouch é também membro científico do Instituto Planck para a Pesquisa Social, em Cologne. (Nota do **IHU On-Line**)

serviço das necessidades essenciais de todos os homens, a submissão da grande mídia em relação à publicidade, e o medidor de audiência, que entrava a transmissão de valores teriam sem dúvida aterrorizado Polanyi. A grande transformação de nossa sociedade contemporânea consistiria em inverter a ordem das coisas: ao invés de considerar que mais é melhor, seria conveniente reconciliar-se com o que foi a preocupação de Polanyi: como organizar a economia de maneira a responder às necessidades sociais e culturais dos homens? Como encontrar o sentido da responsabilidade de cada um em relação ao seu próximo? Como dar vida às instituições que sejam “as encarnações de um sentido e projeto humanos”?

**José Rubens Garlipp** – “As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado auto-regulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”. Nesta famosa passagem, Polanyi (1944, cap.6, p. 84 e 85) denuncia a contradição intestina ao sistema de mercado: de uma parte, tal padrão institucional requer a subordinação da sociedade aos seus desideratos; e, de outra parte, entretanto, o mecanismo de mercado como único dirigente do destino dos seres humanos resultaria no desmoronamento da sociedade.

A resistência a se transformar em mero apêndice de um rígido paradigma econômico leva, então, a sociedade a proteger-se das nefastas conseqüências de uma dinâmica social auto-referenciada e, em virtude da adoção de salvaguardas das condições naturais da vida humana, é contraditada a auto-regulação do mercado, desorganiza-se a vida industrial e se ameaça a sociedade sob diversas maneiras. Dito sob outra forma, “o conceito de um mercado auto-regulado era utópico e seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade”(id., p.146). Esse o dilema, na visão do autor, que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nele se baseava.

A concepção de mercado em Polanyi, porque arranca de uma análise do modo de funcionamento capitalista, difere radicalmente dos dogmas da regulação pelo mercado, e é capaz de mostrar como estes últimos caíram por terra entre as duas guerras mundiais, o que reflete a “grande transformação” do sistema econômico ocidental. Uma transformação referida à avassaladora imposição do sistema de mercado no curso das primeiras décadas do século XIX. Mas referida, também, à transformação que deveria ocorrer, segundo esperava Polanyi, depois da revelação cabal das características desumanas da lógica do mercado auto-regulado, ou seja, uma transformação com base no keynesianismo e no New Deal, pela qual a sociedade pudesse disciplinar a economia por meio do “desarranjo da ficção da mercadoria” emprestada ao trabalho humano, ao uso da terra e ao dinheiro. Os dogmas da regulação pelo mercado, entretanto, voltam à tona no fim dos anos 1970, no plano das idéias e de certas práticas governamentais, suscitando a questão bem colocada por Brunhoff (1986, p. 21): “a ‘grande transformação’ não teria sido então irreversível?”. Decorridos praticamente sessenta anos, assinala Chesnay (1994:30), “nós estamos nos antípodas da esperança de Polanyi”, uma vez que “o triunfo da ‘mercantilização’... é agora total, mais completo do que jamais fora em qualquer momento do passado”. No quadro do capitalismo contemporâneo, “a ‘grande transformação’ ocorre no sentido contrário ao previsto por Polanyi: a economia trata de se

libertar dos grilhões da sociedade”(Belluzzo, 1995, p.20)<sup>28</sup>. Este o caráter de um capitalismo contemporâneo que se configura nos termos de uma economia desregrada.

### **IHU On-Line - Em que sentido o autor pode iluminar a atual conjuntura brasileira?**

**José Rubens Garlipp** – Polanyi compreende a natureza e o alcance da cristalização do novo pensamento, que se transformaria em pensamento único do pós-guerra. Em sua crítica ao liberalismo da etapa 1880-1945, responsável pela catástrofe, ataca, de frente, o núcleo duro da utopia capitalista. Mostra que o trabalho, a terra e o dinheiro só podem ser tratados como mercadorias se se paga o preço da alienação humana e da sua degradação, da negação da relação de poder Estado-moeda em benefício da especulação financeira. Estes os três fundamentos da irracionalidade do liberalismo que ressurgem a partir do esgotamento do consenso keynesiano. Lá, como agora, a estabilização da moeda torna-se o ponto fulcral do pensamento político e das práticas dos governos; é quando o pagamento das dívidas externas torna-se a pedra de toque da racionalidade política; é, pois, o tempo em que a restauração do padrão monetário é o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. Como bem assinala o autor, “nenhum sacrifício, nenhuma violação da soberania é tido como demasiado grande para recuperar a integridade monetária. O desemprego causado pela deflação, o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais passam a ser vistos como o preço justo a se pagar”. Essa observação arguta de Polanyi acerca das exigências de uma economia de mercado no século XIX, certamente ele se ajusta à perfeição, e com igual vigor e pertinência, ao projeto da atual **economia desregrada**, tão emblematicamente reproduzida na atual conjuntura brasileira.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## **O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO É ANTI-NATURAL**

**Por Luiz Gonzaga Belluzzo**

*Luiz Gonzaga Belluzzo é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor em Economia pela mesma instituição em que trabalha, com tese intitulada Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política. Entre seus livros publicados citamos **Depois da Queda - A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Do professor Belluzzo, **IHU On-Line** publicou um artigo intitulado Até o FMI já percebeu, na edição nº 65, de 23 de junho de 2003, e uma entrevista exclusiva, com o título O Brasil está na fase de doente terminal, achando que vai dar tudo certo, na edição nº 77, de 29 de setembro de 2003. O artigo que segue foi elaborado especialmente pelo professor para o **IHU On-Line***

Karl Polanyi mostra, em **A Grande Transformação**, que o capitalismo, ou melhor, a transformação da terra, da mão-de-obra e do dinheiro em mercadorias significa subordinar a própria “substância da sociedade às leis do mercado”. Aponta o caráter antinatural do processo de mercantilização das condições de vida da sociedade e do indivíduo. Diz ele: “o trabalho é só o outro nome para a atividade humana que vai unida à própria vida, que, por sua vez, não é

---

<sup>28</sup> BELLUZZO, L.G.M. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”*. **Economia e Sociedade** (4), Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, junho de 1995. (Nota do **IHU On-Line**)



produzida para a venda ...; nem pode esta atividade ser separada do resto da vida... A terra é o outro nome da natureza que não pode ser produzida pelo homem e, por fim, o dinheiro é só um símbolo do poder de compra que não se produz, mas surge do mecanismo dos bancos e das finanças estatais...Nenhum deste elementos se produz para a venda.”

O livro avança no sentido de demonstrar que a sociedade não poderia aceitar as normas de funcionamento do mercado autorregulado porque a compra e venda da força de trabalho, da terra e do dinheiro (poder de compra), significa subordinar essas formas de acesso aos bens da vida a processos impessoais, cujo único propósito é a sua própria reiteração na busca do enriquecimento abstrato. Tais processos, além disso, sofrem, freqüentemente, interrupções violentas, semelhantes a catástrofes naturais que afligiam as sociedades primitivas.

Na visão do autor, o mercado autorregulado e suas violentas oscilações entre a euforia e a crise serão, necessariamente, contidos pelos movimentos de autoproteção realista da sociedade. Ele inverte, assim, o argumento mais característico dos liberais. Para estes, o mau funcionamento da economia ou as crises devem ser tributadas às tentativas de interferir na operação das forças de mercado. Para Polanyi, é a utopia do mercado autorregulado que suscita as reações de autoproteção da sociedade contra o desemprego, o desamparo, a falência, a bancarrota, enfim contra a exclusão dos circuitos mercantis. Ao se debruçar sobre os anos 20 e 30 do século XX, Polanyi analisa os processos sociais e econômicos que empurram as sociedades para o abismo. Ele vê o avanço dos movimentos coletivistas como um produto das entranhas do livre mercado.

A arquitetura teórica de **A Grande Transformação** está fundada na contraposição entre as condições de uma vida humana digna e o caráter artificial e despótico dos mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro. A idéia central do livro, a utopia do mercado autorregulado afirma radicalmente que o capitalismo, como forma desenvolvida da economia mercantil, vai soçobrar diante das reações inevitáveis da sociedade, que se recusa a suportar as conseqüências da dinâmica auto-referencial e totalitária.

Essas reações são essencialmente políticas, no sentido de que sempre envolvem a tentativa de submeter os processos impessoais e automáticos da economia ao controle consciente da sociedade. Polanyi nos anos 30 estava observando um momento da história deste século em que a revolta contra o econômico revelou-se tão brutal quanto os males que a economia destravada impôs à sociedade. Estudando o avanço do coletivismo totalitário nesta quadra, ele conclui que não se tratava de uma patologia ou de uma conspiração irracional de classes ou grupos, mas sim de forças gestadas nas entranhas do mercado autorregulado.

Com o colapso da economia, a superpolíticação das relações sociais tornou-se inevitável. O despotismo da mão invisível foi substituído pela tirania visível do chefe. O político e a polícia começam a invadir todas as esferas da vida social, como se fossem suspeitas toda e quaisquer formas de espontaneidade.

Os insucessos das políticas inspiradas nas crenças do liberalismo econômico provocaram, e provocam, nos países avançados, o crescimento assustador das facções direitistas. A palavra de ordem nestes grupamentos é conter, com a violência requerida, os impulsos cosmopolitas do mercado, as forças da indiferença que buscam, sem descanso, dissolver todos os vínculos territoriais, nacionais, de classe, de grupo, da família. Polanyi chamou de *moinho satânico* às engrenagens da economia capitalista insaciáveis em seu apetite de acumular riqueza abstrata e triturar as condições da vida dos indivíduos concretos.

Hoje em dia, estas desgraças são as altas taxas de desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação, a queda dos salários reais, a exclusão social.

Estes são os espectros que rondam, não só a Europa, mas também outras partes do mundo, neste final de século.

Um panorama sombrio, mas as perspectivas não parecem mais alentadoras. Os governos, os sindicatos, os organismos internacionais e os cidadãos estão ou parecem estar cada vez mais preocupados e, ao mesmo tempo, cada vez mais impotentes diante das tendências da economia capitalista contemporânea.

Polanyi, assim como Marx e Keynes, supõe, de partida, que no intercâmbio decisivo do processo mercantil capitalista, ou seja, na troca de capital- dinheiro por força de trabalho, as relações são assimétricas, a contrariar o que pretende o contratualismo dos liberais.

Duas são as questões decisivas: 1) a posse da riqueza sob a forma monetária determina o comando sobre os recursos e torna cruciais as decisões dos empresários sobre os níveis de emprego e produção. A outra é o caráter subordinado das decisões dos trabalhadores que não podem decidir sobre seu emprego nem sobre seu salário. Ainda que as decisões dos capitalistas estejam submetidas à incerteza, o caráter inerentemente monetário da riqueza capitalista, permite a sua conservação sob forma geral e abstrata, sem perder a capacidade de comandar, no futuro, recursos reais, inclusive a força de trabalho. Tanto Keynes quanto Marx definem como a característica central e distintiva do capitalismo a possibilidade sempre presente ou crescentemente presente do dinheiro dobrar-se sobre si mesmo, na esperança de uma reprodução da riqueza abstrata. Esta metamorfose fantástica do capital está se realizando sob os nossos olhos, nos mercados financeiros contemporâneos. E não se trata uma deformação, mas do aperfeiçoamento da sua substância, na medida em que ele se põe como suposto e resultado do processo de acumulação de riqueza, tendendo a realizar a abstração de suas próprias formas particulares. D-D', e não D-M-D', é o processo em estado puro, adequado a seu conceito, livre da garga absurda da materialidade, elevando ao mais alto grau a sua natureza contraditória. Se por um lado é admirável esta plasticidade de movimentos, o potencial de criação de riquezas, por outro lado é assustador o seu inerente desprezo pelas formas particulares da riqueza, a sua busca pela indiferenciação, a sua dinâmica auto-referencial e abstrata. Mas esta dinâmica só pode se realizar por meio da concorrência generalizada que não decorre da ação racional dos agentes, mas se impõe sobre eles como uma força externa, irresistível que os obriga a realizar a "ratio" deste processo satânico. Por isso é preciso reduzir o tempo de trabalho, inovar para bater o concorrente, tentar ganhar a dianteira sempre, porque é impossível mantê-la. Daí a exigência de esmagar o concorrente, aniquilar suas forças ou absorvê-lo para ganhar um naco crescente da riqueza intangível e fugaz que o obriga a querer mais e mais.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## POLANYI – OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

Caros amigos,

Desculpem-me não poder contribuir na atual edição sobre Polanyi. Estou passando por um momento de muita atividade e não consegui ter tempo para pensar nas perguntas que me propuseram. Desde que comecei a escrever o livro **Como Sobrevivem los Marginados**, 1975, agora na 15ª edição, tenho usado de Polanyi as três formas de intercâmbio. Primeiro, concentrando-me na reciprocidade a quem Polanyi não deu maior importância como forma de intercâmbio nas sociedades complexas. Eu demonstrei que as redes de intercâmbio recíproco permitiam grandes setores das sociedades latino-americanas sobreviverem. Posteriormente,

dediquei-me a estudar as economias informais da URSS e de países pós-comunistas e, de novo, descobri que a reciprocidade era a base de novas redes. Depois, me dediquei a estudar a estrutura de poder do México e, outra vez, vi que o modelo que melhor o explicava era o intercâmbio de redistribuição. Seis dos oito livros que tenho escrito tomam a economia substantiva e as formas de intercâmbio como a base teórica do trabalho. Quanto à globalização, é obvio que a antipatia que Polanyi expressou sobre o mercado livre e não regulado do século XVIII, é precisamente o que está acontecendo agora e não me surpreenderia que os efeitos que teve, então, se repetissem no futuro próximo.

Cordialmente,

**Larissa Lomnitz**

*Larissa Adler de Lomnitz tem um lugar de destaque entre os pioneiros na aplicação da análise de redes nas ciências sociais latino-americanas. Na atualidade, é pesquisadora emérita no Instituto de Investigações em Matemáticas Aplicadas, da Universidade Nacional Autónoma do México. Em julho de 2003, foi distinguida pelo 51º Congresso Internacional de Americanistas, celebrado em Santiago do Chile, pelas contribuições da antropóloga nos estudos sobre cultura e política na América Latina. Chilena de nascimento, exerceu grande parte de sua carreira no México. É autora dos livros **Cómo sobreviven los marginados**. México: Siglo XXI, 1998.*

Estimados amigos,

Alegro-me muito que vocês estejam estimulando a leitura e releitura de Polanyi, sem dúvida alguma uma das grandes figuras do pensamento das ciências sociais do século XX. Eu admiro muito uma de suas muitas contribuições, a que se refere a sua noção da economia como *embedded* na sociedade, ou seja, como parte constituinte da sociedade, e como o desenvolvimento capitalista produz profundas transformações das sociedades pré ou semicapitalistas, e como a sociedade a sua vez reage. Ele se referia ao período de finais de século XIX e começos do XX, que foi uma etapa de globalização como a atual, razão por que seu pensamento é novamente relevante na globalização que estamos vivendo hoje. Com tudo o que me interessa, Polanyi, infelizmente, não estou em condições, nem de tempo, nem de conhecimento para responder o amplo e profundo questionário. Agradeceria muito que me pudessem enviar a Revista.

Parabéns por esta iniciativa. Cordiais saudações

**Oswaldo Sunkel**

***Oswaldo Sunkel**, presidente da Corporación de Investigaciones para el Desarrollo, Chile. Professor de Economia e diretor do Centro de Análise e de Políticas Públicas, Universidade do Chile. Sunkel tem atuado como assessor especial do Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe das Nações Unidas (CEPAL), e é presidente do CINDE, uma companhia de pesquisa e desenvolvimento. Autor de **Subdesarrollo Latinoamericano y la Teoría del Desarrollo**. México: Siglo XXI, 1973.*

[\(Voltar ao índice\)](#)

## DESTAQUES DA SEMANA

### Artigo da Semana

#### COMO PREENCHER O DEFICIT ETICO DAS DEMOCRACIAS. A RELIGIÃO DE NOS, MODERNOS Por Pietro Scoppola

*Reproduzimos, a seguir, um artigo de Pietro Scoppola, publicado originalmente no jornal **La Repubblica**, em 16 de junho de 2005. Scoppola é professor de História Contemporânea na Università di Roma La Sapienza.*

A religião voltou em grande estilo à cena pública. Poucas décadas atrás, o fator religioso parecia destinado a desaparecer sob os efeitos da secularização: até mesmo escritores católicos se perguntavam se o cristianismo não estava já em agonia. Ao invés, as ideologias morreram e as religiões renascem. E não somente as ideologias morreram, mas a democracia está em crise e entre os tantos motivos da sua crise está o déficit de inspiração ética. Um intelectual como Norberto Bobbio<sup>29</sup> no seu livro de 1984 **O Futuro da Democracia**<sup>30</sup>, observava que uma das promessas da democracia era de alimentar autônoma e espontaneamente o espírito democrático, mas observava também que esta promessa não havia sido mantida: em resumo, a democracia havia demonstrado que não sabia alimentar-se espontaneamente, que não era auto-suficiente. As religiões que voltam estarão em condições de alimentar a democracia ou estão destinadas a aprofundar a sua crise?

Habermas<sup>31</sup> afirmou que somente a religião pode recivilizar a modernidade porque somente a religião, mesmo que traduzida politicamente para uma linguagem laica, pode ajudar a

---

<sup>29</sup> Norberto Bobbio (1910-2004), filósofo e senador vitalício italiano. Considerado um dos grandes intelectuais italianos, Bobbio era doutor em Filosofia e Direito pela Universidade de Turim, fez parte do grupo antifascista *Giustizia e Libertà* (Justiça e Liberdade). Adepto do socialismo liberal, Bobbio foi preso durante uma semana, em 1935, pelo regime fascista de Benito Mussolini. Em 1994, Bobbio assumiu publicamente uma posição contra as políticas defendidas por Silvio Berlusconi, que representava o centro-direita nas eleições gerais. Nesta altura, escreveu um dos seus ensaios mais conhecidos **Direita e Esquerda**, no qual se pronunciou contra a "nova direita". Além desta obra, Bobbio assinou e realizou mais de 1300 livros, ensaios, artigos, conferências e entrevistas. Norberto Bobbio recebeu o doutoramento Honoris Causa pelas universidades de Paris, Buenos Aires, Madrid, Bolonha e Chambéry (França). Autor de livros de impacto, como **Direita e Esquerda**, tinha como principais matrizes de sua obra a discussão da guerra e da paz, os direitos humanos e a democracia. Alguns dos livros mais recentes são: **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1999; **Diálogo em Torno da República**. Rio de Janeiro: Campus, 2001; **Entre Duas Repúblicas**. Brasília: Ed. UnB, 2001; **Elogio da Serenidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002; **O Filósofo e a Política**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. Na 89ª edição do Boletim **IHU On-Line**, de 12 jan. 2004, na editoria Memória, além de um artigo de Ricupero, um de Janine Ribeiro, foi publicada a biografia de Norberto Bobbio, em virtude de seu falecimento aos 94 anos, no dia 9 de janeiro de 2004. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>30</sup> Edição brasileira: BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>31</sup> Jürgen Habermas (1929). Crítico da doutrina positivista e da ideologia dela resultante, o tecnicismo, o filósofo alemão é um dos mais ilustres representantes da segunda geração da Escola de Frankfurt. Jürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, na Alemanha. De 1956 a 1959, foi colaborador de Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Em 1971, Habermas dirigiu o Instituto Max-Planck, em Starnberg, Baviera. Em 1983, transferiu-se para a Universidade

sociedade européia a conservar os próprios recursos morais. Nessa perspectiva, a secularização, no mundo cristão, não exclui uma incidência do fator religioso sobre a sociedade. Ao contrário, a aceita, mas de uma forma diferente da do passado e, em particular, dos modelos de cristandade, mais ou menos historicamente fundados, oferecidos pela história. De fato, porém, os efeitos do retorno à cena do fator religioso não são unívocos, mas ambíguos e contraditórios.

O fator religioso foi, entre o final do século XIX e o início do século XX, um elemento relevante na crise do comunismo, e, por isso, na afirmação de espaços de liberdade; mas, poucos anos depois, teve uma parte fundamental na crise da Iugoslávia e contribuiu ao drama de inteiras populações expulsas das suas terras e dizimadas pela “limpeza étnica”; foi, neste caso, elemento de fratura e de crise da convivência. Nos últimos anos, assumiu, no Oriente Médio, as formas ameaçadoras do fundamentalismo.

Os interrogativos são muitos: a inclinação pelo fundamentalismo do Islã está ligada à própria natureza da religião islâmica ou é uma deformação sua? Há riscos de um fundamentalismo cristão?

E ainda, olhando para um âmbito mais restrito: que papel desenvolve e desenvolverá o fator religioso no interior da nossa sociedade que, enfim, pelo efeito dos grandes fenômenos migratórios, tende a se tornar, necessariamente, multiétnica e multirreligiosa?

As condições da convivência e da positiva contribuição das experiências religiosas à democracia, posta à luz por Habermas, são múltiplas: estão ligadas, antes de tudo, ao quadro que os estados democráticos serão capazes de oferecer: somente estados autenticamente laicos, nos quais a laicidade não seja uma religião alternativa de estado, mas um espaço de livre expressão garantida a todas as confissões religiosas, poderão favorecer a convivência e, ao mesmo tempo, a contribuição das religiões ao enriquecimento do tecido ético da sociedade. Delineia-se uma sugestiva trama: a laicidade do estado garante a livre expressão e a convivência das religiões, mas as livres expressões da experiência religiosa garantem a necessária contribuição ética à democracia e à própria laicidade.

Aquelas condições estão ligadas também ao próprio modo de viver a experiência religiosa e à superação das múltiplas formas de fundamentalismo ou de integralismo. A experiência religiosa, vivida como adesão a uma realidade que transcende a nossa condição humana, frente à qual o homem está sempre à procura, é, por sua natureza, incompatível com o integralismo em qualquer forma. O integralismo nasce, ao invés, quando a experiência religiosa é vivida, como processo exclusivo da verdade, que funda um privilégio.

Entretanto, o problema se complica e se turva quando entra em cena um outro fator decisivo: uma cultura e uma política laica que, mais do que favorecer as condições de uma autêntica laicidade do Estado e mais do que se abrir ao diálogo com a experiência religiosa nas suas expressões mais profundas e autênticas, se serve das iniciativas integralistas, sempre presentes em toda experiência religiosa, para um objetivo político conservador, para um reforço da identidade coletiva, para reagir ao confronto com as novas identidades às quais as sociedades multiétnicas estão espontaneamente expostas. Estamos, então, frente às posições

---

Johan Wolfgang Goethe, de Frankfurt. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Publicamos dois artigos sobre o encontro entre Habermas e Ratzinger, ocorrido em 19 de janeiro de 2004, na Academia Católica da Baviera, em Munique, nas edições de número 128ª e 138ª do *IHU On-Line*, de 20 de dezembro de 2004 e 25 de abril de 2005, respectivamente. (Nota do *IHU On-Line*)

assim chamadas "teocon", que encontram seguidamente a Igreja permeável e indefesa frente à ilusão de ter encontrado novos aliados. Então, o contragolpe é pesado para a laicidade do estado, para a contribuição das experiências religiosas à democracia e para a autenticidade própria da mensagem religiosa.

Hoje, na Itália, estamos frente à possibilidade real de um encontro e de uma conjunção entre tendências conservadoras laicas e iniciativas integralistas de matriz católica? É esta a pergunta e, mais do que a pergunta, a hipótese formulada por muitos comentaristas logo após o recente referendun sobre a reprodução assistida. Na realidade, um encontro deste tipo é sempre possível, e se manifestou numerosas vezes, na história da Europa cristã. Algo análogo se manifesta nos Estados Unidos, onde, mais do que a um encontro entre realidades diversas, se assiste ao fenômeno de uma forte influência de grupos fundamentalistas cristãos (não-católicos) na política republicana. Pode-se estabelecer entre as duas margens do Atlântico um fenômeno de ressonância...

Contudo, é, na minha opinião, algo completamente fora da realidade ligar estas hipóteses ao êxito do referendun: o efeito mobilizador do apelo católico à abstenção, sustentado pelos assim chamados "teocon", foi bem relativo, se é verdade que 20% dos católicos praticantes foram votar. A maciça abstenção, bem mais do que uma resposta ao apelo católico, foi uma expressão espontânea e racional da rejeição de responder, em quesitos dificilmente compreensíveis, aos problemas de competência natural do parlamento.

Portanto, não se devem confundir os problemas: não se deve procurar, em uma questão de grande desafogo cultural como a relação entre religião e democracia e a laicidade, não-livre de problemas, mas ainda aberta a grandes e positivos desenvolvimentos, uma cobertura a evidentes erros de avaliação política que a esquerda, em sua totalidade, realizou.

## QUEM NEGLIGENCIOU A FORÇA DA IGREJA

### Entrevista com Rémi Brague

*A entrevista que segue, feita a Rémi Brague, foi publicada no jornal **La Repubblica**, em 17 de junho de 2005. Rémi Brague ensina filosofia na Sorbonne, de Paris. Escreveu **O Futuro do Ocidente** (Rusconi) e acaba de publicar o livro **La loi de Dieu. Histoire philosophique d'une alliance**. Paris: Gallimard. 2005.*

#### Quais seriam os "bens" do cristianismo?

Não existem bens cristãos. O cristianismo não prega por si mesmo, não propõe valores que seriam diferentes dos laicos. Convida somente a distinguir entre bens que fazem viver e males que fazem morrer. Não existe uma moral cristã. Simplesmente, o cristianismo retoma o que já está presente no discurso dos estóicos, dos sábios chineses, de Aristóteles ou de Kant<sup>32</sup>. A lei dos dez mandamentos não exprime nada de novo.

---

<sup>32</sup> Emmanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, considerado um dos pensadores mais influentes dos tempos modernos. Foi professor da Universidade de Königsberg. O problema central de sua principal obra, **Crítica da razão pura** (1781), é a natureza e os limites do conhecimento humano. Além desta obra, Kant também escreveu sobre estética e ética. No campo da ética, tentou demonstrar que cumprir o próprio dever é muito mais importante do que ser feliz ou tornar os outros felizes e que, mesmo supondo-se que os cientistas possam prever o que iremos fazer, estas previsões não entram em conflito com o nosso uso do livre-arbítrio. Logo, as previsões dos cientistas não têm qualquer relação com nossa obrigação de viver de forma moral. A principal obra de Kant sobre ética é **Crítica da razão prática** (1788). Seu trabalho marcou época, porque estabeleceu as principais diretrizes para o desenvolvimento da filosofia contemporânea.

**Há quem fale de valores - o senhor diria bens naturais -, portanto compartilhados por todos. O senhor concorda?**

Podemos defini-los naturais, mas lembrando que estamos falando da natureza humana, e o que distingue o homem é o uso da razão. Por isso, é melhor falar de bens racionais. No Deuteronômio se lê: 'Coloco frente a ti o bem e o mal, a vida e a morte. Escolha a vida'. A escolha parece óbvia. Os homens, porém, tendem freqüentemente a escolher práticas e valores que, ao final das contas, conduzem à morte. O cristianismo convida a servirmo-nos da razão para procurar compreender onde nos conduzem as nossas práticas e as nossas escolhas.

**Propõe, porém, também uma visão do mundo e um sistema de valores/bens a toda a sociedade...**

Como eu disse, o conjunto de bens veiculados pelo cristianismo não é exatamente do cristianismo. É preexistente a ele. O Novo Testamento não propõe regras morais novas, somente convida a seguir uma direção que o homem já conhece. Falando do juízo, Jesus lembra que os homens serão julgados segundo as regras que já conhecem. Amar o próximo não é, certamente, um convite inédito. A originalidade do cristianismo não está no que ele propõe.

**Onde está, então?**

O problema não é saber o que devemos fazer, porque sabemos já muito bem o que deveríamos fazer. O problema é que não somos capazes. O cristianismo nos ajuda a fazê-lo, nos oferecendo um alimento que não é somente a eucaristia, mas também a experiência da alegria e da solidariedade na Igreja. Esta propõe uma moral que, exatamente porque é racional, permite dialogar com toda a humanidade, e não somente com os fiéis. Todos os homens possuem a razão. A moral e os bens propostos pela Igreja apresentam a aura da autoridade divina... Quando se fala de lei divina, é necessário perguntar que imagem de Deus intervém na relação com a lei. Com o cristianismo, a lei permanece divina, mas o Deus que intervém como legislador não é mais o Deus da revelação, o Deus que intervém na história. É, ao contrário, o Deus da criação. Se o homem é capaz de compreender o que é bom para ele, é porque Deus o criou dotado de uma consciência, um princípio que, após a Idade Média e o Iluminismo, identificaram como um verdadeiro e próprio princípio divino. Consciência que precisa sempre ser nutrida e educada. Para isso, contribuem não somente os pais e os amigos, mas também as obras dos filósofos, etc. A consciência se refina no diálogo com os contemporâneos e com os autores do passado, como Sêneca<sup>33</sup>, La Rochefoucauld<sup>34</sup> ou Manzoni<sup>35</sup>. Sem esquecer que alguns princípios foram mais bem formulados na Índia ou na China<sup>36</sup>.

---

Ao referido filósofo *IHU On-Line* dedicou sua 93ª edição, de 22 de março de 2004. Também sobre Kant é a 2ª edição de *Cadernos IHU em formação*. (Nota do *IHU On-Line*).

<sup>33</sup> Sêneca (4 a.C. – 65d.C.), estadista, escritor e filósofo estoíco romano. De suas obras, restam 12 ensaios filosóficos, 124 cartas, um ensaio meteorológico, uma sátira e nove tragédias. Suas tragédias têm por tema assuntos explorados por dramaturgos gregos, mas são melodramas intensos e violentos, fixando-se na crença estoíca de que a catástrofe é resultado da destruição da razão pela paixão. Essas peças influenciaram bastante a tragédia na Itália, na França e na Inglaterra elisabetana. Sua filosofia moral, inspirada na doutrina estoíca, está expressa nos diálogos, tratados e cartas, *Epístolas morais a Lucílio*, que escreveu. As tragédias *Medéia*, *As troianas*, *Agamenon*, *Fedra*, são, geralmente, atribuídas a Sêneca. (Nota do *IHU On-Line*)

**A Igreja desenvolve um papel privilegiado no diálogo com a consciência dos homens?**  
Principalmente, tem a vantagem de possuir dois mil anos de experiência. Assim, também sob um ponto de vista laico, é normal dirigir-se a ela. Todavia, o conteúdo do seu ensinamento não é diferente daquele que a consciência deveria poder individualizar sozinha. Os homens, freqüentemente, pensam que a Igreja defende um sistema de bens que lhe é próprio, mas é somente porque ela é a única a se expressar. O silêncio das outras possíveis autoridades morais é ensurdecedor. A moral do mundo laico, hoje, não se manifesta mais, talvez por medo de indispor os homens. A Igreja, ao contrário, não tem medo de fazer afirmações desagradáveis. Sente-se na obrigação de intervir frente à crise da sociedade. Defende posições impopulares pelo bem da humanidade.

**A Igreja consegue falar às consciências porque, tendo renunciado ao poder temporal, se concentra no poder cultural?**

Não tendo nenhum poder temporal para defender, a Igreja pode, efetivamente, se concentrar na batalha cultural, chamando as consciências e mostrando um caminho. A Igreja defende o homem e as suas diversas dimensões. Assim, ao lado da razão, não esquece a sensibilidade, a imaginação, a percepção. O cristianismo interpela toda a complexidade do humano. É daqui que vem a sua força.

**A propósito do cristianismo, o senhor colocou a diferença fundamental entre este e o “cristianês”<sup>36</sup>. No que consiste?**

É preciso distinguir entre “cristianês” e cristianismo. O “cristianês” reconhece a influência positiva da Igreja no plano da civilização e da cultura, mas se desinteressa da fé. De fato, se pode reconhecer o valor da civilização cristã sem ser cristão. Para mim, porém, é mais importante o cristianismo do que o “cristianês”. Os homens que edificaram a civilização cristã, na verdade, se interessavam em Cristo e não na civilização. Para eles, interessava a fé, não as conseqüências da sua fé sobre a cultura, as artes e os costumes.

**Hoje, o mundo laico parece mais receptivo em relação ao discurso da Igreja. Fala-se até mesmo da figura do ateu devoto. Para o senhor é uma novidade?**

A piedade não é uma particularidade cristã. Na Antiguidade, não faltaram os pagãos pios, como os estóicos. A novidade é uma piedade que, do mundo laico, olha com interesse o discurso cristão. Isso, porém, não me espanta. A Igreja, de fato, diz o que ninguém ousa dizer. É normal

---

<sup>34</sup> Duque François De La Rochefoucauld (1613-1680), nascido em uma família nobre parisiense, escritor francês. Famoso por suas *Máximas* (1665). Essa obra é uma coletânea de cerca de 500 ditados escritos para expor a vaidade e a hipocrisia que o autor via por trás do comportamento humano. Suas *Reflexões ou Sentenças* e *Máximas Morais* têm sido acusadas de pessimismo, mas na realidade traduzem em termos não-religiosos a visão cristã tradicional do vício e da fraqueza. *As Máximas* exprimem desgosto por um mundo onde os melhores sentimentos são, malgrado as aparências, ditados pelo interesse. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>35</sup> Alessandro Manzoni (1785-1873), escritor italiano, autor de poemas de inspiração religiosa e de dramas patrióticos, ficou célebre com um romance histórico, *Os noivos* (1825-1827), que foi um modelo para o romantismo italiano. (Nota do *IHU On-Line*)

<sup>36</sup> No texto original, o autor usa dois termos: “cristianesimo”, que em português significa cristianismo e “cristianismo”, que significa: (lingüística) Palavra ou expressão própria da língua técnica dos cristãos e passada à língua comum. O tradutor optou por “cristianês” como tradução para o português. (Nota do autor)



que as pessoas inteligentes e preocupadas com o bem comum reconheçam o interesse de tal reflexão.

### **O vazio deixado pela crise das ideologias facilita tal atenção?**

Pessoalmente, me desagradaria que a atenção dirigida à Igreja dependesse somente do fim das ideologias. Espero que conte mais o testemunho da Igreja, até mesmo porque o cristianismo não é um discurso, mas um evento. O essencial na vida de Cristo não é o que disse, o que fez. O cristianismo quer ser o testemunho da realização mais perfeita do que significa ser homem. O cristianismo é um humanismo. Talvez seja o único que existe.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Entrevista da semana

### **COMO ENTENDER A ETICA ECONOMICA SOCIAL ?**

*Traduzimos e reproduzimos, a seguir, uma entrevista com Philippe Van Parijs, publicada no jornal belga L'Echo, em 8 de dezembro de 2003. Esta entrevista nos foi enviada pelo próprio Van Parijs como sugestão de publicação por não poder conceder uma entrevista ao IHU On-Line sobre o tema responsabilidade social empresarial, temática abordada na 144ª edição, de 6 de junho de 2005. Van Parijs, doutor em Filosofia e em Sociologia, é professor titular na Faculdade de Ciências Econômicas, Sociais e Políticas da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, onde é responsável pela cadeira de Ética Econômica e Social desde sua criação, em 1991. É também professor visitante no Departamento de Filosofia da Universidade de Harvard, desde 2004. Van Parijs é autor de diversos livros, entre os quais citamos **Refonder la solidarité**. Paris: Editions du Cerf, 1996; e **Ethique économique et sociale**. 2.ed. Paris: La Découverte & Syros, 2003. Um de seus livros publicados em português é **O que é uma sociedade Justa?**. São Paulo: Ática, 1997.*

### **A ética não é empregada de maneira exagerada (investimentos éticos, agências de notação éticas...)? Será o efeito de um modismo ou uma tomada de consciência real?**

Uma e a outra. É uma moda que conhecerá um refluxo, mas com uma espécie de pausa para uma tomada de consciência irreversível. Se cada agente econômico seguir seu interesse pessoal, sem que nada o constranja em nome do bem comum, o resultado será um desastre, tanto em termos de eficácia quanto em termos de equidade. Isso é evidente há muito tempo, mesmo para os mais ardentes defensores do capitalismo. O novo é tomar consciência de que é cada vez menos realista contar apenas com a lei para inflectir o comportamento econômico de maneira que ele sirva ao bem comum.

### **Por que cada vez menos realista?**

Em primeiro lugar, porque a economia opera cada vez mais em escala bem superior àquela na qual se elabora a legislação que se supõe lhe imponha limites: em vez de poder impor ao mercado um quadro constrangedor que o force a servir ao bem comum, os estados são acuados a se submeterem à lei, por exemplo, com uma concorrência fiscal suicida, que a Bélgica parece, aliás, ter prazer de avivar. Em segundo lugar, como ficou ilustrado de maneira marcante pelo caso do Congo, um bom número de países do mundo se encontra, atualmente, confrontado com desafios demográficos, ecológicos e sociais imensos, os quais decorrem, em

última análise, da evolução tecnológica mundial, enquanto esses países estão bem longe de dispor de recursos educacionais, legislativos, administrativos, judiciários, etc., indispensáveis para poderem fazer face a esses desafios com o instrumento tradicional de leis mais ou menos, democraticamente, adotadas e aplicadas com maior ou menor rigor. Enfim, mesmo nos países mais desenvolvidos, a evolução tecnológica é, por vezes, muito rápida. Os problemas que ela levanta são bastante técnicos, e o processo democrático é lento na reação contra eles e pouco equipado para fazê-lo com a competência técnica requerida, que é, muitas vezes, essencial, para evitar desastres, antecipar o que a lei deveria exigir ou fazer aquilo a que nenhuma lei poderia verdadeiramente obrigar, de tão difícil que seria a sua verificação eficaz a um custo razoável. Por todas essas razões, a economia terá, atualmente, mais necessidade de ética, entendida como um cuidado pelo bem comum além do que decorre da investigação de seu interesse pessoal, nos limites verificáveis de conformidade com a lei.

**Não é utópico crer que a ética assim concebida possa afetar significativamente o funcionamento da economia?**

Não se trata de sonhar com uma virtude desaparecida, e sim, antes, de poder contar com uma colaboração eficaz entre dois instrumentos: o « projetor », que permite ver com mais clareza como funcionam as empresas e como elas se comportam, e o « microfone », que se põe diante da boca dos responsáveis por empresas, para interpelá-los e perguntar em que eles se apoiam para se escusarem, prometerem ou vangloriarem. Em termos menos metafóricos, trata-se de articular eficazmente o poder embaraçoso da transparência e o poder transformador da hipocrisia. É aqui que as agências de informação, os fundos éticos, as associações de consumidores, os sindicatos, as ONGs e a mídia têm um papel crucial a desempenhar: tornando visível e legível o que fazem e não fazem as empresas, seus fornecedores, seus subcontratantes, forçando-as a explicarem, a se justificarem, a se engajarem, incitando-as a quererem parecer melhores do que são realmente e, assim, se tornarem, de fato, melhores do que o eram. Na condição de que cada ator desempenhe seu papel com o profissionalismo e a deontologia indispensáveis, o vício desaparecerá, e a virtude permanecerá.

**Não estamos em face de uma crise de responsabilidade pessoal? Como conciliar as responsabilidades pessoal e profissional de uns e de outros (políticos, dirigentes de empresa, operadores financeiros...)?**

O impacto da ética repousa, em parte, sobre a decisão pessoal de um consumidor, de um poupador, de um trabalhador, de um responsável de empresa, no sentido de fazer o que requer o bem comum, mesmo quando isso não é ótimo para seu interesse pessoal. Entretanto, ele repousa também sobre a participação de instituições que contribuem para aproximar o bem comum e o interesse pessoal: instituições informais, como, por exemplo, um *ethos* profissional de jornalista ou de auditor de instituições formais, com a obrigação legal de fornecer certas informações ou um quadro legal que favoreça a emergência de rótulos éticos confiáveis.

**Você crê nas virtudes de autocontrole no seio das empresas e das instituições?**

Eu creio, sobretudo, no controle pela transparência. As câmeras instaladas nos banheiros dos metrô de Nova Iorque revelaram, parece, que a probabilidade de um homem lavar as mãos antes de deixar esses lugares aumentou em 30%, pelo simples fato da presença de uma outra pessoa na peça e, portanto, pela consciência do fato de que ele poderia ser visto. Aumentar resolutamente a visibilidade – sob uma forma transparente, inteligível, avaliável – do que fazem as empresas é a chave de sua moralização. Mesmo sem regulamentação nem sanção, a

consciência de poder ser visto dá um sério reforço ao bem comum, quando este não coincide com o interesse pessoal. Tanto nas empresas como nos banheiros.

**O que você pensa da maneira pela qual evolui a mundialização da economia? Qual o papel do político (governos e instituições internacionais)?**

Nós estamos engajados numa corrida de velocidade dramática, de uma parte, entre a explosão de problemas ambientais, demográficos, distributivos e securitários que só podem ser resolvidos numa escala muito ampla, com frequência mundial, e de outra parte, na organização de instituições que permitam tomar, neste âmbito, decisões que estejam, ao mesmo tempo, à altura dos desafios e sejam suscetíveis de aplicação. A dificuldade não provém somente do egoísmo das nações e das relações de força que as opõem. Ela reside, igualmente, no caráter intrinsecamente ilusório de todo o importante funcionamento “democrático” e em questões tão complexas.

**Como você julga o desenvolvimento dos movimentos alteromundistas?**

Com uma simpatia, ao mesmo tempo, imensa e crítica. Imensa, porque, se nosso planeta se poupa de uma desastrosa baderna, isso será por causa desses movimentos: desse lastimável coquetel de tagarelices de protestos e de indignações populares, de diálogos cacofônicos e de manifestações estrondosas. Esse borbulhar carrega um bom número de idéias justas e verdadeiras. Ele pode contar com legiões de idiotas que forçam, pouco a pouco, todos aqueles que são, ou crêem ser, os mestres e contramestres de nosso mundo, no sentido de lhes prestarem mais do que apenas um instante de atenção. Por ocasião do recente Congresso de *Business & Society* (Bruxelas, 18 de novembro de 2003), por exemplo, me impressionou o espaço dado aos acontecimentos de Seattle e ao movimento alteromundista no vídeo introdutório, explicando por que é urgente que as empresas tomem consciência de sua “responsabilidade social”.

**Simpatia imensa, então, mas também crítica?**

Não é fácil formular um projeto coerente para um movimento que põe no mesmo pódio Bové e Lula, ou seja, a defesa e a denúncia do protecionismo agrícola europeu, para um movimento que estigmatiza a concentração do capital nos países do Norte, indignando-se com seus deslocamentos, para um movimento que reivindica a livre circulação de todos no planeta, inquietando-se com a pilhagem consentida dos cérebros dos países pobres. Há aí tensões profundas, bem como contradições insolúveis. A simpatia não pode escusar-nos de minimizá-los ou negá-los. Reconhecê-los, porém, não justifica que se deprecie o alteromundismo como um amontoado de efusões desarticuladas. Dessas tensões, nós todos compartilhamos com maior ou menor intensidade. Trata-se de identificá-las sem complacência e tomá-las em conta num projeto explícito, lúcido e coerente, que articule as nossas análises e os nossos valores e seja suscetível de guiar nossas decisões individuais e coletivas de cada dia.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Análise de Conjuntura

### GOLPISMO? DA DIREITA? DA ESQUERDA? NÃO HA GOLPISMO. HA UM JOGO POLITICO PESADO

#### Entrevista com Maria Victoria Benevides

*Reproduzimos a entrevista que segue, com a socióloga Maria Victoria Benevides, realizada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em 27 de junho de 2005. Integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República e uma das fundadoras do PT, a cientista política e socióloga Maria Victoria Benevides, vê "erro tático" na reação dos governistas à crise política, baseada em larga escala na denúncia a supostas pretensões golpistas das elites. A professora é representante de um grupo hoje restrito, o dos intelectuais que se mantêm atuantes dentro do PT. Ela foi da comissão que elaborou o programa de governo de Lula em 2002, sob a coordenação do hoje ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, mas hoje não esconde a frustração com a política econômica. Também ocupou o cargo de "ouvidora" da campanha – espécie de ombudsman – e diz que já naquela época identificava preocupações quanto aos rumos que o partido seguia sobre a política econômica e a de alianças. A professora esteve na Unisinos participando do Seminário Nacional A Era Vargas em Questão 1954 – 2004, promovido pelo IHU de 23 a 25 de agosto de 2004, ministrando a conferência A importância de Getúlio Vargas na história da política brasileira.*

**Folha - O PT e o governo vêm denunciando uma tentativa da oposição de desestabilizar as instituições. Alguns insinuam golpismo, ou golpismo branco. A senhora concorda com isso?**

**Maria Victoria Benevides** – Não concordo com golpismo, branco ou de outra cor. Há exagero em usar essa palavra. Este governo não está tão ameaçado assim, nem pela esquerda, nem pela direita. A esquerda - e aí eu situo o MST, a Central de Movimentos Populares etc.- não vai querer dar golpe nenhum nesse governo porque sabe perfeitamente que é ruim com ele, pior sem ele. A prova é a sutileza com a qual o MST e outros movimentos de esquerda estão se manifestando com relação à crise atual. E, do outro lado, a direita está usando a questão da corrupção na disputa partidária e eleitoral, não por um compromisso moral. Ao mesmo tempo, eles estão muito satisfeitos com a política econômica. Enquanto ela se mantiver, a direita não vai querer dar golpe nenhum. O que há não é golpismo, mas um jogo político pesado, que se explicita quando altas lideranças do tucanato dizem que têm que sangrar o Lula, mas não desestabilizar o governo. Eles não têm interesse, acham que têm chance de ganhar as eleições, mas não querem a fama de golpistas.

**Folha - Quando fala em golpismo, o governo federal não acaba jogando lenha na fogueira da crise? E colocando em dúvida a força das instituições?**

**Benevides** - O tema vem à tona devido ao acúmulo de crises e de notícias de corrupção, que teve na nossa história um antecedente notório que foi o mar de lama no governo Getúlio Vargas. O governo tem de fazer o que o presidente Lula fez recentemente. Enfatizar o papel do Ministério da Justiça, da Controladoria Geral da União, da Polícia Federal. O presidente tem toda a razão quando diz que essas três instituições nunca trabalharam tanto. O discurso tem que ser esse. Eu avalio a reação do governo como um erro de comunicação, no sentido de que certamente houve muitas reuniões para decidir qual seria a melhor resposta e ganhou essa. Eu acho que é um erro de tática. Essa linguagem de golpe teve um endereço muito claro, que é mobilizar as bases tradicionais do partido, e está conseguindo. Mas o governo tem de estar

muito atento para o que diz a Carta ao Povo Brasileiro, que essas entidades divulgaram e que eu também apóio. Ali exigem a mudança na política econômica, o combate ferrenho às denúncias de corrupção e uma reforma política que amplie a participação popular do ponto de vista constitucional, mudando o regulamento de plebiscitos para que o povo possa participar melhor.

**Folha - O presidente Lula está adotando uma estratégia de cercar-se de movimentos sociais para defender o presidente das elites. O que a senhora acha desse expediente?**

**Benevides** - Tem que dar nome a essas elites, porque, fazer isso, mas continuar com alguns ministros que são os mais ardorosos defensores dessas elites, fica meio esquisito. Que elites são essas que estão contra o Lula? São os exportadores, os latifundiários? Mas eles estão representados no ministro Roberto Rodrigues [da Agricultura]. O grande capital, o grande capital comercial? Estão representados em várias pessoas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Então eu não gosto dessa coisa. O que tem que ficar claro é em que medida realmente está se enfrentando o poder econômico dos que sempre mandaram no Brasil.

**Folha - E a senhora acha que está?**

**Benevides** - Eu acho que não. Por isso não faz sentido dizer que o governo está sendo massacrado pelas elites. O que o governo tem feito que está incomodando as elites?

**Folha - A política de alianças está na origem dessa crise, a disputa entre os aliados. O PT errou nesse processo?**

**Benevides** - Todo governo tem que fazer alianças políticas. Isso é óbvio, porque, num sistema partidário eleitoral como o nosso, no presidencialismo que nós temos, essas alianças são inevitáveis. Mas há alianças e alianças. O PT fazer aliança com [o vice-presidente] José de Alencar, do PL, é uma coisa, agora fazer aliança com o PTB de Roberto Jefferson [deputado federal], com o PP de [Paulo] Maluf [ex-prefeito de São Paulo] e de [Jair] Bolsonaro [deputado federal pelo PP-RJ], aí é complicado.

**Folha - Mas então como se faz? Uma aliança mais restrita? Como se constrói maioria?**

**Benevides** - Eu acho que, em primeiro lugar, tem que se modificar esse sistema. Por que sempre escolher a governabilidade em detrimento da representatividade? Por que não se enfrentou realmente a reforma política no sentido de proibir essa lambança partidária? Todo mundo fala em fidelidade partidária contanto que seja para os outros. Mas nem uma reforma política adianta enquanto não se enfrentar realmente o sistema de poder no Brasil e, principalmente, ver o que se pode apresentar como um projeto.

**Folha - A senhora, então, não acha que a reforma política resolve esses problemas de uma vez por todas, como tem sido colocado?**

**Benevides** - Não. Ela é importante, mas não é uma panacéia.

**Folha - Onde é insuficiente?**

**Benevides** - Ela não adiantará nada se não houver um projeto político de desenvolvimento sustentável que conte com o apoio do povo. E isso atualmente não acontece. Não temos esse projeto. Esse projeto não combina com a atual política macroeconômica.

**Folha - O ex-ministro José Dirceu disse na mais recente reunião do Diretório Nacional do PT que não fazia autocrítica da política de alianças porque não há outro caminho. A senhora concorda?**

**Benevides** - Há um outro caminho. Há alternativas, e isso eu ouvi muito durante toda a campanha. E ouvi que havia alternativa ao modelo econômico, e fiquei esperando isso. Aliás, estou esperando isso até agora. Com relação à política de alianças, a gente escutava que havia a banda séria do PMDB, sei lá, Pedro Simon [senador gaúcho] e outros, que existe gente séria no PDT, no PPS, existe gente ótima em outros partidos como o PSDB, que poderiam dar uma contribuição muito melhor que o PP, o PTB. Não é enfatizar um moralismo, é deixar claro que o compromisso é com a governabilidade em nome de um projeto de nação, e não de um projeto de poder só. Poder para fazer o quê?

**Folha - A senhora foi ouvidora da campanha do Lula, que foi quando se desenhou esse modelo de aliança...**

**Benevides** - Isso tudo foi disputado, tinha muita gente que era contra.

**Folha - Mas já havia dois movimentos: de caminhar para o centro, centro-direita, ao mesmo tempo em que se escanteava a esquerda partidária.**

**Benevides** - Naquela época eu acreditava bastante que o fato importantíssimo de se colocar um partido com o histórico do PT e uma personalidade como o Lula na Presidência da República já teria um tal impacto de autoridade moral que a perspectiva me parecia promissora.

**Folha - Isso se cumpriu?**

**Benevides** - Em alguns campos, sim. Eu tenho os maiores elogios para a política de combate à corrupção, com Márcio Thomaz Bastos [ministro da Justiça], Waldir Pires [ministro-chefe da Controladoria Geral da União], uma parte importante da Polícia Federal, com vários parlamentares que estão atuando nisso. Tenho o maior respeito pela política externa. E a idéia de unificar os projetos sociais em torno do Bolsa Família foi uma boa idéia, mas é muito, muito insuficiente. É muito pouco diante do que se esperava de um governo de esquerda e principalmente muito pouco em função de que fica na dependência de uma mudança na política macroeconômica.

**Folha - Como fica o governo daqui para a frente, com uma reforma ministerial em que o PT terá seu espaço reduzido? O governo caminhará para a direita?**

**Benevides** - Não sei como vai ficar, mas não se pode dizer que seja um governo de esquerda, isso não se pode. Não é um governo de esquerda. Seria um governo de centro-esquerda que aspira a ser um governo social-democrata. A reforma ministerial pode aumentar a tão desejada governabilidade, porque governabilidade é importante. Mas tem que se pensar, e isso também é uma questão ética, que preço se está pagando por essa governabilidade, porque o preço pode ser tão alto que acaba se tendo governabilidade para continuar aprovando a política econômica contra a qual muitos de nós estamos lutando.

**Folha - O PT sempre teve uma forte bandeira ética, que, inclusive, rendeu dividendos eleitorais para o partido. A senhora acha que essa identificação está ameaçada?**

**Benevides** - Eu acho que está ameaçada, e esse é um grande problema que está nos deixando muito aflitos. Nosso empenho agora é recuperar essa bandeira e principalmente

enfrentar o sensacionalismo da imprensa, que nunca fez nada disso em relação ao governo Fernando Henrique, que o protegeu e o blindou.

#### **Folha - Mas é só culpa da imprensa ou o PT tem uma certa culpa nisso?**

**Benevides** - Claro. O que aconteceu com o PT é achar que a sua bandeira era tão forte que nada poderia ameaçá-la. Não que pudesse fazer qualquer coisa, mas é aquilo: "O PT é do bem, então se tem alguém que se mistura, o lado do bem do PT tende a predominar, até pela sua força moral". Mas não há força moral que enquadre Roberto Jefferson, não há força moral que enquadre aqueles que mudam de partido porque se vendem. E isso acho que o PT não tinha claro. O PT achava que a sua força moral, a sua história, seriam suficientes para enfrentar essas mazelas do nosso sistema político, que são seculares. Mas não são suficientes.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Teologia Pública

### PLURALISMO OU INTRANSIGENCIA?

*Traduzimos e reproduzimos o artigo que segue, de autoria do teólogo Juan José Tamayo, publicado no jornal **El País**, em 19 de junho de 2005. Juan José Tamayo é diretor da cátedra de Teologia e Ciências das Religiões da Universidade Carlos III de Madri, e autor de, entre outros, **Fundamentalismo y diálogo entre religiones**. Madri: Trotta, 2004. De Juan José Tamayo publicamos a entrevista que nos concedeu na edição 129ª do **IHU On-Line**, de janeiro de 2005, sob o título *Refundando a Teologia da Libertação*, e um artigo sobre Dom Oscar Romero, na 133ª edição, de 21 de março de 2005.*

A Igreja Católica é uma das organizações internacionais que mais vezes se pronunciou publicamente sobre a homossexualidade, e sempre em tons negativos e condenatórios. Outros organismos, como a Organização Mundial da Saúde, o Conselho da Europa, o Parlamento Europeu, etc., se mostraram mais compreensivos, tolerantes e abertos.

O primeiro dado a se levar em conta nesta matéria é o amplo pluralismo que existe entre os coletivos cristãos (aqui me limitarei aos católicos). De um lado, estão as posições da hierarquia em bloco, sem fissuras, ao menos externas, e de algumas organizações católicas, que consideram, eticamente, desordenada a mera inclinação da pessoa homossexual; qualificam a prática homossexual de imoral e abominável; acusam os gays e lésbicas de pessoas depravadas, vírus para a sociedade e moralmente más; comparam os matrimônios homossexuais com a alcinha de moeda falsa e acusam a lei que os aprova de corrupção e falsificação legal da instituição matrimonial, retrocesso no caminho da civilização e grave lesão dos direitos fundamentais do matrimônio e da família. De outro lado, estão numerosos grupos de teólogos e teólogas, de movimentos de base e coletivos cristãos de lésbicas e gays, que discordam abertamente da hierarquia. Defendem a homossexualidade como uma forma legítima de exercer a sexualidade e reclamam o direito dos casais homossexuais de contraírem matrimônio, tanto civil como religioso, em igualdade de condições com as pessoas heterossexuais, assim como para adoção.

Os pontos de acordo entre uns e outros coletivos são mínimos e a cisão não pode ser maior. Tentando objetivar o tema, creio que o problema de fundo radica numa série de distorções que passo a explicitar. A primeira é a *tendência a considerar como lei natural e divina o que, na*

*realidade, são normas eclesiais.* É a estratégia dos bispos para impor a toda a cidadania uma concepção do matrimônio e da sexualidade que pertence à doutrina moral da Igreja Católica de uma determinada época histórica, hoje em revisão. A hierarquia pretende impor limites aos legisladores no exercício de sua função, acusando-os de irem contra a lei natural, de negarem de maneira flagrante dados antropológicos fundamentais e de levarem a cabo uma autêntica subversão dos princípios morais. O que subjaz a esta colocação é a resistência em reconhecer o Estado não confessional e em aceitar o pluralismo ideológico, religioso e moral da sociedade.

A segunda distorção, conseqüência da anterior, é a *não-aceitação de uma ética laica*, válida para todos os cidadãos e cidadãs, situada além de suas crenças e ideologias. O processo de secularização estabeleceu uma justificada separação entre a esfera religiosa e a cívica, que os bispos fariam bem em respeitar e, a partir daí, colaborar na busca consensual de alguns aspectos mínimos de ética laica, compartilhados por todos os cidadãos e cidadãs, respeitando as normas morais das distintas tradições religiosas.

A terceira consiste em *uma leitura fundamentalista dos textos bíblicos relativos à homossexualidade*. Vou dar dois exemplos. O primeiro é o de Sodoma e Gomorra (Gn 19, 1-11). Segundo a interpretação tradicional, o pecado dos habitantes destas duas cidades foi o de manterem relações homossexuais. Sem embargo, segundo a interpretação que hoje parece mais correta, o que se condena não é a homossexualidade em si, senão a dureza de coração dos sodomitas, a violação de homem com homem, que implica humilhação, ofensa aos estrangeiros a quem Lot havia acolhido em sua casa, exercendo a virtude da hospitalidade. O pecado destas duas cidades se concretiza num sistema de injustiça e opressão. Em definitivo, é *a falta de hospitalidade para com os estrangeiros* o que se condena.

O segundo exemplo são as prescrições do *Levítico*. Num texto deste livro (18, 22), se qualifica a homossexualidade masculina como abominável. Em outro (20, 13), se diz que, se um varão se deita com outro varão, ambos cometem uma abominação e devem morrer. Os dois textos devem ser lidos em seu contexto. Na legislação hebraica, se ordena pena de morte para quem amaldiçoa seus pais, para os adúlteros, os incestuosos e para quem transgredir o preceito do descanso sabático. Pelo contrário, se permite vender a filha como escrava, possuir escravos, tanto varões como mulheres, sempre que se adquiram em nações vizinhas. Proibe-se aceder ao altar a toda pessoa com algum defeito corporal. Deve-se interpretar estes textos em seu sentido literal? Decididamente, não. O que estas proibições querem pôr em relevo é o caráter peculiar do povo hebreu como povo de Deus, que se distingue do resto dos povos. O problema não se coloca no terreno moral, senão no da identidade étnica e no da pureza.

Eu creio que o conflito entre cristianismo e homossexualidade carece de base, tanto antropológica como teológica. Concorro com o teólogo holandês Edward Schillebeeckx, em que não existe uma ética cristã com respeito à homossexualidade. Trata-se de uma realidade humana que se deve assumir como tal, sem apelar a valorizações morais excludentes. A meu juízo, não existem critérios especificamente cristãos para julgá-la. A incompatibilidade no cristianismo não se dá entre ser cristão e ser homossexual, senão entre ser cristão e não ser solidário, entre ser cristão e ser homófobo, ou, como diz o Evangelho, entre servir a Deus e ao dinheiro.

A atual teologia cristã do matrimônio foi elaborada numa cultura e numa religião homófonas e patriarcais, que impunham a submissão da mulher ao varão e à exclusão dos homossexuais da experiência do amor. Hoje se necessita reformular a teologia, para que seja inclusiva das distintas tendências sexuais que devem ser vividas com base na liberdade, no respeito à alteridade e nas relações igualitárias.



[\(Voltar ao índice\)](#)

## Deu nos jornais

*Deu nos jornais é uma síntese semanal das notícias veiculadas diariamente no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), compiladas pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT) de Curitiba. Na última semana, publicamos nas Notícias do Dia dois textos: Carta ao Povo Brasileiro, no dia 22 de junho, e São Sepé Tiaraju - o facho de luz: utopia e profecia, do Irmão Antônio Cechin, no dia 24 de junho. Ambos podem ser conferidos na página [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu)*

### Juros na marca de R\$ 1 tri

O Brasil caminha para atingir, em outubro deste ano, a marca de R\$ 1 trilhão de juros da dívida pública pagos desde o início do Plano Real, em julho de 1994. Esse montante equivale a toda a geração de riquezas pelos setores industrial, de comércio, de serviços e agrícola do país em 2001, ano em que o Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas as riquezas produzidas no país) superou a marca pela primeira vez. A notícia é do jornal **Valor**, 20-6-05. Até abril, as despesas tinham sido de R\$ 919,592 bilhões, incluindo União, estados, municípios e estadais. O ano de 2005 deverá registrar também um recorde de gastos com juros, que devem subir de R\$ 128 bilhões em 2004 para R\$ 155 bilhões, de acordo com cálculos do Banco Central (BC). O motivo para o gasto maior está no aperto dos juros básicos, hoje em 19,75% ao ano, que corrigem metade do endividamento e são usados para cumprir a meta de inflação. As cifras são estratosféricas. Os gastos com juros previstos para 2005 equivalem a 25 vezes o Orçamento do programa Bolsa Família, linha de frente da política social do governo, ou a 36 vezes os recursos destinados ao setor de transportes, que significam investimento em infra-estrutura.

### Juro engole 22% da renda do brasileiro

O economista Márcio Pochmann, da Unicamp, calcula que, na última década, os gastos com juros equivalem a dois meses e 19 dias de salário de todos os trabalhadores brasileiros por ano. Isso corresponde a 22% da renda mensal de um brasileiro. Para quem ganha o salário-mínimo de R\$ 300, equivale a R\$ 66. A notícia é do jornal **Valor**, 20-6-05.

### Fortalecido, Palocci quer mais ajuste

Considerada um estrago na esfera política do governo, a demissão do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, está sendo contabilizada como um ganho para a economia. Na avaliação de economistas, dentro e fora do governo, o enfraquecimento de Dirceu blindou a política econômica ao fortalecer o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao reduzir o fogo amigo. Permitirá, também, trazer à tona a discussão de medidas para reforçar o compromisso do País com o equilíbrio das contas públicas, como o aprofundamento do ajuste fiscal. A notícia é do jornal **O Estado de S. Paulo**, 19-6-05, e do jornal **Valor**, de 17-6-05. Segundo os jornais citados, a proposta de déficit nominal zero é uma possibilidade. A proposta foi apresentada ao presidente Lula e ao ministro Palocci por Delfim Netto, segundo ele relata na entrevista publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, dia 19-6-05.

### Um choque de austeridade e de competitividade, defende Delfim Netto

“Eu disse a ele (Lula) que não havia condição de continuar com a atual política monetária”, narra Delfim Netto na entrevista publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 19-6-05. Para

Delfim, “nós estamos numa armadilha. Não dá para acreditar que nós vamos continuar com a moeda mais valorizada do mundo. Também não somos o país de maior produtividade do mundo para poder admitir isso. De forma que mais dia menos dia, essa situação vai afetar investimentos nos setores exportadores”. Segundo ele, “nós temos de entender que a política monetária sozinha não dá conta do fenômeno inflacionário que estamos vivendo. O Brasil tem uma inércia (inflacionária) de 7%, que é produzida, basicamente, pela falta de competição que existe atualmente na nossa economia. O que eu comentei com o presidente é que só tem um jeito de sair dessa situação. Se temos que cortar demanda, é melhor cortar a demanda do setor público porque é o menos eficiente. E temos de caminhar para uma política de maior competição no setor privado. Isso pode ser conseguido com tarifas efetivas (de importação) mais inteligentes, que leve em conta não só o problema inflacionário, mas também o programa de desenvolvimento industrial, mas sem proteção que impeça o funcionamento do mercado”. A proposta de Delfim consiste em “reduzir fortemente o número de cargos em comissão”. A administração pública tem de ser estritamente profissional”. Ou seja, “a meta seria de déficit nominal zero. Na minha opinião, essa meta deve ser alcançada no prazo de 4 a 5 anos”.

#### **Filósofo volta a defender uma dose de amoralidade no jogo político**

“Política não é jogo de xadrez. No xadrez, as regras são definidas e as peças seguem movimentos estabelecidos. Na política, não. Trata-se de um jogo impreciso, que está sempre construindo suas normas. E há uma zona de indefinição que é essencial ao próprio jogo, porque é nela que germinam as novas regras”, afirma o filósofo José Arthur Gianotti, professor emérito da USP. Amigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, causo celeuma quando, durante o governo FHC, defendeu que “sem uma dose de amoralidade é impossível governar o Brasil”. Ele falava então de uma “zona cinzenta de moralidade”. Em longa entrevista publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, 19-6-05, ele reafirma a sua tese. “A moral tem essa zona cinzenta, mas, no caso da moral política, é na zona cinzenta que se trava a luta entre aliados e adversários”. Segundo ele, “mafioso que não está disposto a morrer pela organização tende a abrir a boca. Mas há regras para isso. O deputado fez as denúncias que quis, sem revelar os mandantes. Como conseguiu? Assumindo, de várias maneiras, que é também corrupto. “Eu peguei os R\$ 4 milhões em malas”, tal e tal. “Mas não como presidente do partido, peguei como cidadão.” Jefferson disse isso várias vezes. Portanto ele trouxe uma prova arrasadora, que é a sua confissão”.

#### **O papel do intelectual é o de fazer a crítica, afirma sociólogo**

Explicando o silêncio dos intelectuais na atual crise política, Francisco Oliveira, sociólogo, afirma, em entrevista publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 19-6-05, que “o silêncio é sinal de incômodo. Há muitos intelectuais que, primeiro, não querem se prestar ao papel da direita. Muitos deles têm o receio de serem estigmatizados como prestando serviço à direita. Sei que há incômodo para não fazer o papel que a direita sempre atribuiu aos intelectuais. É um velho estigma... Foi uma velha prática da esquerda, em todo o mundo, estigmatizar quem dissentia. Há muitos que estão incomodados, mas têm o receio de lançar acusações sobre um ex-operário. A origem operária do Lula inibe muitos de exercer um papel mais crítico. Por trás de tudo isso está o fato de que não se pode denegrir a classe trabalhadora num país com desigualdades tão formidáveis como o Brasil. Não lhes tiro a legitimidade de pensar assim”. Ele diz que sua posição é diferente, “em primeiro lugar, porque acho que o papel do intelectual é o de fazer a crítica. Não podemos renunciar a esse papel. Em segundo lugar, porque a história nos ensinou que não podemos vacilar. O século 20 não nos autoriza nenhum otimismo. Em

terceiro lugar, eu distingo o indivíduo ex-operário da classe operária. Portanto, a crítica que eu endereço é ao governo Lula e leva em conta todos esses fatores”.

#### **As raízes da crise, segundo professores da Unicamp**

A crise política que provocou a instalação da CPI Mista dos Correios e a queda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, é o tema de capa do *Jornal da Unicamp* - edição 292 - 20 a 26 de junho de 2005. Em uma longa entrevista, três professores da Unicamp – o filósofo Roberto Romano e os economistas Márcio Percival Alves Pinto e Márcio Pochmann, analisam as raízes e as possíveis conseqüências da crise política que se abateu sobre o governo Lula. A íntegra da entrevista pode se lida no portal do jornal, no endereço – [www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/junho2005/capa292.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2005/capa292.html)

#### **“O determinante da crise é a falta de projeto”, diz diretor do Instituto de Economia da Unicamp**

Para Márcio Percival Alves Pinto, diretor do Instituto de Economia da Unicamp, e um dos entrevistados pelo *Jornal da Unicamp*, “o determinante da crise é a falta de projeto do governo”. Segundo o economista, “não existe um projeto para a área econômica social, aí fica difícil compor a base de apoio”. “Para que ter maioria no Congresso se não há o que ser aprovado? Vai passar o quê? Uma nova reforma da Previdência?”, pergunta o professor. Para Márcio Percival, “as reformas trabalhista e sindical saíram de pauta; a reforma tributária está sendo toda fatiada e está passando aos poucos”. Conclui: “Qual o grande projeto a ser discutido neste ano? Não existe”.

#### **“O problema é que a política foi sendo transformada num mercado”, diz Pochmann**

Márcio Pochmann, outro entrevistado na edição do *Jornal da Unicamp* da semana passada, espera “que o que estamos vivendo hoje possa resultar em algo superior, ou seja, uma profunda reforma política com alteração da política econômica, o que é algo fundamental para completar a transição democrática que segue estagnada desde a conciliação das elites em 1984”. Para Pochmann, “o problema é que a política foi sendo transformada quase que num mercado e nesse sentido há sinais de uma quase ditadura do mercado contaminando a base dos partidos políticos”. Segundo o economista, “antes, o princípio orientador dos partidos políticos era basicamente a formação de comitês e de apoio popular, mas isso foi se perdendo. Entramos num padrão de financiamento que está hoje muito vinculado à dinâmica econômica, à dinâmica do mercado”. “Agora, diz Pochmann, na minha opinião, mesmo uma reforma política não é garantidora de uma democracia plena justamente pelo pressuposto de que o êxito da democracia está condicionado a resultados econômicos e sociais que permitam alterar, ou pelo menos melhorar, as condições de vida dos segmentos populacionais mais simples”.

#### **“A cada novo dia é preciso mostrar, por atos e palavras, o compromisso com a ética”, avalia Roberto Romano**

O filósofo Roberto Romano, perguntado na entrevista do *Jornal da Unicamp* sobre as conseqüências do discurso ético que era propalado pelo PT, como sendo um emblema do partido, considera que “não existe, em termos políticos, ‘patrimônio ético’ que não seja dilapidado ou que não seja passível de se perder”. “O passado de uma agremiação jamais garante a sua lisura no presente e no futuro”, diz ele. Para Roberto Romano, “a cada novo dia é preciso mostrar, por atos e palavras, que existe um compromisso efetivo do partido com a ética”. Segundo ele, “a única via para o PT recuperar a credibilidade antes usufruída por ele é agir no governo como suas lideranças e militantes agiam quando eram oposição”. “Se antes a

transparência devia ser a maior possível, o mesmo deve ocorrer agora. Se as CPIs eram importantes, também agora. Se antes alianças inseguras do ponto de vista ético eram inaceitáveis, também agora”, afirma o professor da Unicamp.

### **Carta ao Povo Brasileiro. Três anos depois**

Três anos depois de divulgada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a "Carta ao Povo Brasileiro" - documento que marcou o compromisso do PT com a manutenção da estabilidade econômica - divide opiniões tanto no mercado financeiro quanto entre economistas que colaboraram com o candidato na época. O jornal **Valor** de 22-6-05, publica uma ampla reportagem sobre a "Carta ao Povo Brasileiro". Para o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Ferreira, a Carta cumpriu seus objetivos e uma nova repactuação não é mais necessária em 2006. Nem para Lula, que manteve o mesmo regime cambial, de metas inflacionárias e de superávit primário que marcou o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, nem para qualquer dos possíveis candidatos da oposição, incluindo o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PMDB). "A Carta pertenceu a um momento que não se repete mais. Era necessário um compromisso que transmitisse confiabilidade e transparência, dado que o PT representava até então uma ruptura que ninguém mais propõe", afirma. Ferreira era o presidente da Febraban em 2002. De acordo com ele, "a tendência é que muito antes das eleições, os candidatos apresentem propostas claras na área econômica, dispensando um documento nos moldes daquele". De forma reservada, um alto dirigente de uma instituição financeira faz a análise oposta: vê a possibilidade do mercado pedir iniciativas como a Carta se o presidente for para a reeleição sob forte pressão do PT, em função dos desdobramentos da crise política, para que se mude a política econômica, ou se Garotinho construir um discurso contra o mercado financeiro semelhante ao de quatro anos atrás.

### **"Política econômica foi mais para a direita do que a Carta", afirma coordenador**

Coordenador da parte econômica do programa de governo, o economista da Unicamp Ricardo Carneiro afastou-se da equipe chefiada pelo hoje ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas analisa hoje que o País seria muito diferente caso o documento fosse seguido à risca pelo governo Lula. "A política econômica foi muito mais para a direita do que a Carta. Este documento não reflete a hegemonia completa que o Palocci veio a ganhar na política econômica. Na Carta está dita apenas uma coisa óbvia que ninguém da esquerda do partido podia discordar, a de que não iríamos dar calote na dívida", afirma o economista para o jornal **Valor**, 22-6-05. Segundo Carneiro, o documento apresenta uma premissa oposta à seguida hoje pela equipe econômica: apresenta o crescimento econômico como fator para o equilíbrio fiscal e não o oposto. O documento afirma que "só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro". O texto chega a criticar a âncora quando afirma que o "caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo", afirma, citando um trecho do documento. Carneiro ainda chama atenção para o trecho do documento em que se afirma que a estratégia ideal para reduzir a vulnerabilidade externa era "trilhar o caminho da redução (...) pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas".

### **Embrião da "Carta ao Povo Brasileiro" nasceu em 1999**

Os sinais de que a quarta candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva seria diferente das demais surgiram em 1999, no Instituto Cidadania, a ONG criada pelo então candidato para reunir economistas de forma separada do partido. Lula participava das reuniões, criticadas pela chamada esquerda do PT, por criar um núcleo de discussão fora do ambiente petista. Em junho de 2001, o grupo produziu o texto "Um outro Brasil é Possível", que descartava rupturas tradicionais no discurso petista, como a moratória da dívida externa. "O documento de 2001 colocava a política social como eixo de desenvolvimento. O PT oscilava entre a linha que buscava a manutenção dos paradigmas econômicos do governo Fernando Henrique como os únicos possíveis e outra linha que pregava a ruptura total. Este texto procurava um meio-termo", afirma Ricardo Carneiro ao jornal **Valor**, 22-6-05. Dentro do PT, a mudança em relação às posições tradicionais da sigla era mais lenta. No encontro nacional, no Recife, seis meses depois, aprovava-se um documento cujo subtítulo era: "A ruptura necessária". Ainda assim, apontava para moderações futuras. "Temas como moratória e reestatização em massa já não faziam parte do documento, o que mostrava um debate em processo", afirma o economista Antonio Prado. Em meio à disputa ideológica, o prefeito de Santo André, Celso Daniel, escolhido como coordenador de programa de governo, foi assassinado em janeiro de 2002, antes de montar sua equipe. A discussão parou por três meses. O então prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, o substitui, em março daquele ano. O hoje ministro começaria o processo que levou à redação do documento, apenas dez dias depois do comando da campanha concluir que a situação se agravava e uma armadilha política estava em curso. A "Carta ao Povo Brasileiro" foi divulgada em 22 de junho de 2002, um sábado. Naquela semana, o risco-país bateu em 1.593 pontos, o maior desde janeiro de 1999, as agências Moody's e Fitch IBCA rebaixaram a nota da dívida, o dólar atingiu R\$ 2,77, com alta de 10% em três semanas e a Bolsa registrou a maior queda desde setembro de 2001. A versão final contou com mudanças feitas por Lula, o próprio Palocci e outros integrantes do núcleo da campanha: Luiz Gushiken, José Dirceu e Luiz Dulci. Entre o primeiro e o último ato, o texto foi submetido a vários interlocutores com os quais Palocci já tinha conversado. Segundo um desses interlocutores, que prefere falar sob reserva, a Carta foi "um conforto a formadores de opinião", que temiam o discurso da ruptura que o PT trazia de Recife. Na avaliação deste dirigente, a Carta dava seqüência a um movimento que começara com a busca de alianças que fez de José de Alencar, do PL, o vice, e da contratação do marqueteiro Duda Mendonça. Embora Palocci tenha feito concessões na forma final do documento, o objetivo essencial havia sido atingido: o sistema financeiro considerou o documento um compromisso suficiente. Foi o começo de um relacionamento que só se fez aquecer.

#### **"Carta ao Povo Brasileiro" dos movimentos sociais ataca "golpismo"**

Documento homônimo, mas ideologicamente oposto à "Carta ao Povo Brasileiro" de 2003, foi lançado ontem pelos movimentos sociais em defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta Carta, pede-se a apuração rigorosa das denúncias de corrupção do governo, critica a condução da atual política econômica e acusa a elite do país de liderar uma campanha cujo objetivo seria desestabilizar o governo. Liderados pelo MST, pela CUT e pela UNE, entidades e movimentos sociais minimizaram ontem denúncias de corrupção contra o governo federal e divulgaram carta na qual cobram mudanças na condução da política econômica. O documento, "Carta ao Povo Brasileiro", diz que a coordenação dos movimentos "é contra qualquer tentativa de desestabilização do governo, patrocinada pelos setores conservadores". "De olho nas eleições de 2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo

a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional", diz o texto, que leva a assinatura de 42 entidades. O coordenador nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stedile, classificou o chamado "mensalão", denunciado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), como "forçação de barra" e "denúnciazinha". "Isso aí [mensalão] é "forçação" de barra, senão [a denúncia] já teria vindo a público muito antes. É "forçação" de barra da imprensa e de quem denunciou. Cria-se então aquele factóide, aquela expectativa. Imagine se 200 deputados recebessem R\$ 200 mil todo mês, haveria um carro forte na frente do Congresso", disse Stedile. Para a coordenação dos movimentos sociais, apurar somente a corrupção seria "reducionismo" e "pregação de moralismo". "Se o governo Lula não mudar agora [os rumos da economia], a tendência é agonizar até 2006", declarou o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Peta. O texto pede investigação de denúncias de compra de votos na votação da emenda da reeleição e dos processos de privatizações ocorridos sob Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A carta contou com a assinatura de cinco entidades ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre elas a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Operária. A direção da CNBB, no entanto, preferiu não assinar. Segundo sua assessoria, optou pela redação de outro documento sobre a crise, que será divulgado hoje ou amanhã. A notícia foi publicada dia 22-6-05, nos jornais **Valor**, **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**.

#### **5 mil famílias detêm 46% do PIB brasileiro**

A análise da conjuntura apresentada na CNBB, citando o economista Márcio Pochman, afirma que "que não mais de 5.000 famílias detêm um patrimônio equivalente a 46% do PIB, algo como R\$140 milhões, em média, por família".

#### **Infertilidade. Alarme na Europa**

"A infertilidade arrisca se tornar o mal que afligirá o Ocidente nos próximos anos". O prognóstico é do jornal italiano **La Repubblica**, em reportagem publicada no dia 22-6-05. Segundo o jornal "fazer filho será sempre mais difícil. Entre dez anos, um casal de três poderá estar estéril ou então deverá recorrer a técnicas de fecundação assistida. É este o alarme lançado por um congresso de especialistas em reprodução assistida, realizado em Copenhague". "Uma bomba de relógio para a Europa", é como descreve a situação Bill Ledger, cientista inglês e diretor de uma clínica que cura a infertilidade. Ledger publicou uma pesquisa sobre o andamento demográfico até 2015. As suas conclusões são claras: cada vez menos casais capazes de procriar, menos filhos, um continente europeu cada vez mais velho e o risco de uma emergência para os sistemas sanitários nacionais. O declínio da fertilidade é o resultado de um conjunto de fatores. Segundo o cientista inglês, a causa não é somente o fato das mulheres de não quererem ter filhos antes dos 35 anos, idade em que a fertilidade começa a diminuir. O sistema reprodutivo feminino – explica a pesquisa inglesa – é mais exposto às infecções sexuais e aos danos provocados pela obesidade. As jovens gerações sofrem os maiores problemas do excesso de peso. Segundo o jornal italiano, está se criando um turismo reprodutivo na Europa, sempre mais freqüentado pelos italianos. Bélgica, Espanha e Suíça são países onde a procriação assistida é mais fácil. Nove países, como a Romênia, a África do Sul ou as ilhas Barbados, oferecem pacotes de férias para casais estéreis. Uma tendência que os especialistas consideram perigosa: "Seria melhor – comentam – que a infertilidade fosse considerada como uma doença e fosse confiada aos sistemas de saúde nacionais".

### O blog permite criar a sua mídia pessoal, afirma socióloga

Dominique Cardon, socióloga e autora de um artigo sobre “Mídias alternativas e mídias ativistas”, no livro **Altermondialisme en France. Gênese et dynamique d'un mouvement social**, vê o desenvolvimento dos blogs como uma manifestação de uma vontade de criticar e analisar a vida pública, saindo dos esquemas muito convencionais que são os meios de comunicação social. Ela defende esta posição na entrevista publicada no jornal francês **Libération**, 21-6-05. Segundo a socióloga francesa, o blog “responde antes de tudo à uma dinâmica de autoprodução, isto é, ele permite que amadores realizem o que fazem, habitualmente, os profissionais. Os anglo-saxões designam este fenômeno sob o nome de *proam*, uma contração de “profissional-amador”. Segundo ela, “é claro que os lêem os blogs são, sobretudo, ‘blogueiros’. O blog permanece, antes de tudo, como um instrumento de expressão pessoal centrado sobretudo no indivíduo e que serve para se contatar com os outros. Uns vão comentando os outros e, assim, os ‘blogueiros’ acabam por se reagrupar por afinidades. É um instrumento de recrutamento social”. Segundo ela, “não podemos considerar que um instrumento técnico como o blog, possa, sozinho, resolver uma questão importante como é a representatividade dos políticos ou da mídia. Ele permite, sim, alargar o espaço da crítica e permite que diferentes atores, a micro redes se expressar, de fazer ouvir a sua crítica que ultrapassa os esquemas e os cânones tradicionais da contestação”. A revista **IHU On-Line**, nº. 145, 13-6-05, sob o título *Weblogs: narrativas do eu e novas experiências de informação* analisou o tema. A revista foi reproduzida em diversos blogs, inclusive no exterior, como, por exemplo, na Espanha.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## Frases da semana

### Mensalão

*“Se a intenção do governo é trocar o apoio do PL, do PP e do PTB pelo do PMDB, não vai mudar nada. Daqui a pouco, vai ter de pagar mensalão ao PMDB”.* – **Pedro Simon**, senador – PMDB-RS - **O Globo**, 18-6-05.

### O pior dos mundos

*“O Congresso está no pior dos mundos. Se não surgirem provas, os parlamentares apontados por Roberto Jefferson não poderão ser cassados, mas aos olhos do povo são culpados, sim. Então, na percepção popular, o Congresso não os cassou por corporativismo. O Congresso não tem saída”.* – **Jefferson Peres**, senador – PDT-AM - **O Globo**, 19-6-05.

### PTB conservador

*“Por sermos conservadores (o PTB), apoiamos a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. E não tivemos nenhuma dificuldade em apoiar a política econômica do atual governo que é muito mais ortodoxa do que a anterior”.* – **Roberto Jefferson**, deputado federal – PTB-RJ – Programa **Roda Viva**, dia 20-6-05.

*“Não sou corrupto. Mas o sistema é. E acaba contaminando a gente”.* - **Roberto Jefferson**, deputado federal – PTB-RJ – Programa **Roda Viva**, dia 20-6-05.

*“Na hora em que o Brasil parar para ver o que acontece nos fundos de pensão...” - Roberto Jefferson, deputado federal – PTB-RJ – Programa **Roda Viva**, dia 20-6-05.*

### **O PT não governa mais!**

*“Com essa crise, o governo Lula acabou. Agora começa a coabitação. Vamos ter um quadro político bastante medíocre. O PT não governa mais”. – Francisco de Oliveira, professor de sociologia aposentado da USP - **Zero Hora**, 20-6-05.*

*“Eu tenho nojo. Tenho nojo ao ver que as piores práticas da política tradicional no Brasil continuam sendo levadas a cabo por um partido que ajudou no processo de redemocratização e deu uma espécie de sopro ético à política brasileira”. - Francisco de Oliveira, professor de sociologia aposentado da USP - **Zero Hora**, 20-6-05.*

### **Medo da reeleição**

*“Os que torciam para que o governo fosse um desastre, hoje já estão com medo é da reeleição. Esse é o dado concreto e objetivo”. – Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República - **Valor**, 22-6-05.*

*“Depois que fomos quebrando todas as barreiras que eles (opositores) foram colocando, eles então resolveram mexer na questão ética. E vejam que tudo isso que estamos vivendo é por conta de um cidadão que diz que pegou R\$ 3 mil, um cidadão de terceiro escalão. Vocês podem fazer um levantamento e ver o quanto importavam as outras denúncias de corrupção no Brasil”. – Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República - **Valor**, 22-6-05.*

### **O fim do jornalismo informativo**

*“É fácil você pintar um quadro assustador, ‘o fim do jornalismo informativo de profundidade’. Porém, com o blog, o Google e a Internet, você rapidamente sai da informação superficial — se quiser. A Internet pode te levar a um blog, que te leva para as universidades, que te leva para os livros. Você pode domar a tecnologia, usá-la a seu benefício”. - Paulo Henrique Amorim, jornalista – revista **Trip**, junho de 2005.*

*“Sou um blogueiro e vivo acrescentando blog na minha área de trabalho. Estou louco para ver o que o Google vai fazer com o vídeo nos blogs. Isso me interessa muito, é sensacional. Quero que o Google ganhe, torço pelo Linux”. – Paulo Henrique Amorim, jornalista – revista **Trip**, junho de 2005.*

*“As perspectivas são assustadoras, a queda da qualidade do jornalismo é muito grande. Mas como diz um grande amigo: “O jornalismo é essencial para a democracia”, então é possível que a sociedade acabe encontrando mecanismos para melhorar isso”. - Paulo Henrique Amorim, jornalista – revista **Trip**, junho de 2005.*

### **Kirchner e o FMI**

*“O FMI se dedica a me atacar, só porque defendo os interesses da pátria e não me comporto como cortesão dos interesses que nos afundaram”. – Néstor Kirchner, presidente da Argentina - **O Estado de S. Paulo**, 23-6-05.*

### **FHC**



“Se me perguntarem: ‘Você assina que não é candidato?’. Não assino, não. Tem muita água para rolar”. – **Fernando Henrique Cardoso**, ex-presidente da República - **O Globo**, 24-6-05.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## EVENTOS IHU

### IHU Idéias

#### ARTE: VERSO E REVERSO

*Arte: verso e reverso* foi o tema da última edição do evento **IHU Idéias**, realizado dia 23 de junho. Quem conduziu a temática foi a Prof.<sup>a</sup> MS Rosicler Ferretto Barbosa, da Unidade de Ciências Humanas da Unisinos. A professora conduziu o encontro de forma descontraída, estimulando a participação interativa dos presentes com a elaboração de desenhos e apreciação de obras. Rosicler falou sobre a importância de todos se sensibilizarem para um contato maior com a arte, no sentido de evoluir na linguagem artística para o estímulo da criatividade nas atividades do cotidiano. Confira no **IHU On-Line** número 146, de 20 de junho de 2005, uma entrevista concedida pela professora sobre o tema.

#### Ecoss do evento

“Desde criança somos educados para a leitura e a escrita, por isso, desenvolvendo essas habilidades ao longo dos anos, temos a capacidade de escrever e ler com facilidade e de modo cada vez mais aprimorado. Entretanto, com a arte tivemos algumas simples aulas com as quais pouco pudemos desenvolver neste campo. Conseqüentemente, paramos no tempo. Foi o que percebemos ao fazer a atividade proposta pela professora Rosicler que era simplesmente desenhar uma forma humana. Depois de desenharmos, ela avaliou o desenho e constatou que o que havíamos feito eram desenhos de pessoas de faixa etária entre 9 e 12 anos. O que acontece é que nós paramos no tempo, não tivemos atividades que desenvolvessem essa habilidade, nem na produção, nem na observação de uma obra de arte, pois, para a professora Rosicler, para alguém aprender a observar uma obra é necessário o contato permanente com as obras. Volto a dizer, é necessário educar e, neste caso, educar o olhar. Foi uma atividade muito interessante e original pelo fato de termos participado com os desenhos e depois refletido sobre as produções”.

**Éderson Locatelli, aluno do curso de Filosofia da Unisinos.**

“Foi um encontro muito esclarecedor. Achei ótima a dinâmica feita pela professora sobre a percepção da arte no dia-a-dia, já que nossos sentidos ficam meio embotados. Momentos de interiorização como esse são muito importantes para revivermos coisas que passamos em outros tempos e que, na correria do cotidiano, ficam esquecidas. A dinâmica foi muito feliz no sentido de nos autoconhecermos. Hoje temos a necessidade da redescoberta de valores submersos na relação entre a arte e a vida”.

**Nestor Mayer, colaborador da Fundação Cultural de Canoas.**

## DILEMAS DO NEOLIBERALISMO

O último **IHU Idéias** do semestre será realizado na próxima quinta-feira, dia 30 de junho. O tema *Sucessos e fracassos do Mercado Comum Centro-Americano: dilemas do neoliberalismo* será apresentado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Emília Viotti da Costa, da USP. O evento acontece das 17h30min às 19h, na sala 1G119, junto ao IHU. Emília Viotti é graduada e mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde também obteve livre-docência. Recebeu o título de professora emérita da USP em 1999. É autora de diversos livros, entre os quais citamos: ***Da Senzala à Colônia***. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998; ***Da Monarquia à República***. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999; ***Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania***. São Paulo: Iejê, 2001; e ***A Abolição***. 7.ed. São Paulo: Global, 2001. O livro ***Da Monarquia à República***, de Emília Viotti da Costa, foi apresentado no **II Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, em 28 de outubro de 2004, pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloisa Capovilla da Luz Ramos, da Unisinos, que elaborou um artigo sobre a obra, publicado no ***IHU On-Line*** número 120, de 25 de outubro de 2004.

Após o **IHU Idéias**, a professora ministrará a conferência magistral do **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Confira, a seguir, nota sobre esse evento e uma entrevista com a professora sobre sua participação nas duas atividades promovidas pelo IHU na semana que se inicia. A entrevista foi concedida por e-mail na última semana.

## III Ciclo de Estudos sobre o Brasil

*O Auditório Central da Unisinos será palco da conferência magistral do III Ciclo de Estudos sobre o Brasil, no próximo dia 30 de junho, das 20h às 22h. O evento terá como tema o debate sobre o livro **Da Senzala à Colônia**, com a própria autora da obra, a professora Emília Viotti da Costa, da USP. Confira, a seguir, a entrevista que nos concedeu por e-mail na última semana.*

***IHU On-Line - Quais os aspectos centrais que apontaria hoje como sucessos e fracassos do Mercado Comum Centro-Americano? Quais são os principais desafios desse mercado?***

**Emília Viotti da Costa** – O Mercado Comum Centro-Americano não é uma tentativa recente. Sua iniciativa data dos anos 1950, quando se cogitou da sua criação. Vencidas as dificuldades iniciais que implicavam na criação de várias instituições e acordos entre os países que vieram a constituir-lo, o mercado comum começou parcialmente a funcionar já nos anos 1960. O modelo de desenvolvimento adotado era o proposto pela Cepal. Os resultados foram imediatos. A economia, até então fundamentada na exportação de uns poucos produtos agrícolas ou derivados da indústria extrativa, começou a se diversificar e, ao mesmo tempo, aumentou visivelmente a circulação inter-regional de produtos. Um dos beneficiados foi o pequeno produtor que se aproveitou da expansão do mercado interno. Os capitais regionais também foram favorecidos assim como os estrangeiros. No final da década, no entanto, já se observavam os primeiros sinais que indicavam dificuldades crescentes para seu funcionamento. Alguns países, cujas indústrias tiveram um grande impulso -, a Guatemala, por exemplo, pareciam colher todos os benefícios, enquanto outros, Honduras, por exemplo, registravam resultados medíocres. O desenvolvimento desigual causava conflitos entre os países e entre as classes sociais. A tentativa desenvolvimentista gerava inflação e o aumento da dívida externa. Em 1973, a crise do petróleo veio agravar a situação. O Mercado Comum Centro-Americano,

depois de uma breve fase de sucesso, praticamente desapareceu. As agitações políticas da década 1970: revoluções na Nicarágua, Guatemala, e Salvador, abalaram profundamente a economia regional que só tomou novo impulso a partir dos anos 1990, mas agora não mais obedecendo à política desenvolvimentista que prevalecera nos anos 1960. Hoje o Mercado Comum Centro-Americano tenta se organizar, com base nas políticas neoliberais voltadas para a exportação. A nova orientação cria novos problemas e novos desafios. É desse período que devemos falar na palestra na Unisinos.

***IHU On-Line - Quais as perspectivas desse mercado para os próximos anos e quais suas possíveis relações com os países do Sul?***

**Emília Viotti da Costa** – A pressão norte-americana para a criação na América Central de um acordo semelhante ao que tem com o México (Nafta), gera novos desafios para o Mercado Comum Centro-Americano, principalmente a dificuldade de conciliar políticas que beneficiam o setor exportador, favorecido pela nova orientação, com os interesses do mercado interno. Igualmente importante é como resolver o impacto negativo das políticas neoliberais nas classes subalternas. As repercussões na sociedade do tipo de desenvolvimento que está ocorrendo hoje na América Central, onde se impõe uma reestruturação cujas diretrizes provêm do Banco Mundial e do FMI, prenunciam, de certa forma, os problemas que o Mercosul poderá vir a enfrentar proximamente, daí sua relevância para nós.

***IHU On-Line - Em Da Senzala à Colônia, a senhora refere-se ao significado limitado da abolição. O que significou, de fato, a abolição nesse momento da história brasileira?***

**Emília Viotti da Costa** – Em *Da Senzala à Colônia*, tentei mostrar que a abolição veio quando já estava praticamente abolida a escravidão devido a transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século XIX: a suspensão do tráfico de escravos, na década dos cinquenta; as transformações no Estado, que passou a ser mais capaz de impedir o contrabando; as alterações nos meios de transporte e nas vias de comunicação, devido à construção de estradas de ferro que vieram substituir o carro de boi e as mulas, o que liberou mão-de-obra escrava e melhorou a qualidade e a quantidade dos produtos exportados, permitindo, também, a especialização das fazendas por causa da maior facilidade de abastecimento; os progressos tecnológicos no processamento dos produtos que também tiveram o efeito de liberar mão-de-obra, aumentar a produtividade e a qualidade do produto; o crescimento da população livre e diminuição da população escrava; o encarecimento do preço de escravos; deslocamento destes para as áreas cafeeiras e a diminuição do número de escravos em outras regiões, e a expansão de setores da população menos dependentes do trabalho escravo, todas essas alterações ocorreram paralelamente a mudanças ideológicas com o enfraquecimento do pensamento escravista e sua progressiva desmoralização, acelerada pela extinção da escravidão em outros países da América. As leis do Ventre Livre e dos Sexagenários, embora medidas paliativas, pairaram como ameaça sobre a propriedade escrava. A entrada de emigrantes e seu emprego na lavoura de café, a mais necessitada de braços, abriu possibilidades novas nas áreas cafeeiras para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Finalmente, a campanha abolicionista, que cresceu ao longo do século, em virtude das transformações mencionadas, e a revolta dos escravos cuja resistência aumentou à medida que a opinião pública passou a dar-lhes maior apoio, chegando, na década dos oitenta, a abandonar as lavouras em massa, e a decisão do exército de não perseguir escravos fugidos, deram o golpe de morte na escravidão. A abolição abandonou os escravos à sua própria sorte. A maioria dos abolicionistas, mais interessados em libertar os brancos do

"fardo" da escravidão do que integrar os ex-escravos na sociedade dos homens livres, não se interessou em atender a população liberta. Os preconceitos contra os negros, herança da sociedade escravista, continuaram a dificultar a integração do negro. Nada foi feito em benefício dos libertos.

***IHU On-Line – Que sinais da presença da escravidão e de como aconteceu a abolição podem ser constatados no Brasil contemporâneo.***

**Emília Viotti da Costa** – O preconceito e a discriminação contra o negro, o descaso pela educação do povo, a violência nas relações humanas, a arbitrariedade e autoritarismo das classes dominantes são heranças da escravidão. Os dados estatísticos confirmam a discriminação contra os negros na sociedade. Se, no passado, tomaram-se algumas medidas visando a eliminar o preconceito contra os negros, só recentemente foram adotadas algumas medidas mais concretas tendentes a melhorar a situação do negro, como as quotas nas universidades a fim de aumentar o número de negros nos cursos superiores, tal como fora feito nos Estados Unidos. Evidentemente, essas medidas são apenas paliativas. O movimento negro tem tentado lidar com os problemas que afetam a população negra. No Brasil, onde a miséria do povo é avassaladora, há muito a fazer tanto pelos pretos como pelos brancos, pois assim como existe um problema específico do negro, há também o problema mais universal da falta de recursos para os pobres em geral.

***IHU On-Line - Como se refletem esses processos politicamente? Por onde passa a emancipação política do Brasil no presente?***

**Emília Viotti da Costa** – A democratização do sistema político deve ser o alvo a ser alcançado. Para isso é urgente que se constitua disciplina partidária. Não é possível que se vote num candidato filiado a um partido e que, pouco tempo depois, ele decida mudar de partido. Isso precisa acabar. Quem discorda do partido que o elegeu deve sair e deixar que o suplente do mesmo partido o substitua. É preciso acabar também com o sistema de clientela e patronagem que marcou negativamente a nossa história republicana e tem dado tanta margem à corrupção. É preciso aperfeiçoar o sistema eleitoral. Temos eleições e supostamente um governo representativo, mas o eleitor desconhece o desempenho do seu representante no congresso. A situação está começando a mudar. O povo já começa a ser informado do que fazem seus representantes. Para isso contribuem programas como os da TV Senado que divulgam as atividades dos senadores. Isso já é um pequeno passo, mas insuficiente, na medida em que o povo não tem tempo para assistir a esses programas. Seria necessário que fossem distribuídos, mensalmente, folhetos, indicando leis aprovadas, votação de cada partido e de cada deputado e senador, seguidas de explicação do significado das medidas aprovadas. Um povo mal-informado não tem condições para se fazer representar. É preciso melhorar a educação pública em todos os níveis. Multiplicar os espaços públicos onde se realizarão cursos de divulgação, como os organizados na Biblioteca Municipal de São Paulo na gestão Marta Suplicy. A Internet também tem contribuído para a difusão de conhecimento pondo à disposição de todos, gratuitamente, uma série de obras, como, por exemplo, as de romancistas brasileiros. Infelizmente, no entanto, só tem acesso a essas obras quem possui computador, e estes ainda são bastante caros. A universidade pública pela televisão é outra opção. A utilização pela comunidade, do espaço das escolas públicas, quando este não está sendo ocupado, a fim de promover atividades extracurriculares, tais como o ensino de artes e práticas esportivas também é uma possibilidade de melhoria do ensino. Algumas dessas iniciativas estão sendo experimentadas, nos últimos anos no Brasil, com maior ou menor sucesso mas é preciso

continua-las e amplia-las. Há, no entanto, muitas forças contrárias que pretendem, cada vez mais, privatizar o espaço público e transformar cultura em mercadoria, o que tem como resultado a exclusão da maioria do povo que não tem recursos para pagar os preços exorbitantes cobradas pelas iniciativas criadas com o propósito de lucro. Há muita coisa a fazer no País e muita luta política pela frente para realizá-las.

**IHU On-Line - Como a senhora vê a atual crise do governo federal? Quais as dimensões e conseqüências nas diferentes ordens da vida do País que essa crise pode tomar?**

**Emília Viotti da Costa** – Acho que a crise é, sobretudo, fabricada para desestabilizar o governo. Não quero com isso dizer que não haja motivos para investigações de qualquer irregularidade que possa ocorrer ou tenha ocorrido. Entretanto, a proporção que a chamada crise está atingindo me parece anormal, tendo em vista o que sucedeu em governos anteriores, quando irregularidades foram cometidas, algumas investigadas, outras não, mas os escândalos nunca atingiram essa proporção. A virulência faz lembrar os ataques a Vargas, Juscelino, e Goulart, por isso a impressão que se tem é que há grupos interessados em desmoralizar o governo. Investigue-se o que deva ser investigado. Não há necessidade para tanto alarde. A leviandade com que se fazem acusações, a falta de decoro no Parlamento, as atitudes grotescas na CPI, só servem para desmoralizar a democracia. O povo já está farto de tudo isso e acabará convencido (se já não está) de que todos os políticos são corruptos. Governos ditatoriais sempre nascem de situações semelhantes. É preciso indagar a quem interessa essa “crise”.

## I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leda Maria Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) esteve na Unisinos, na semana passada, convidada pelo IHU, participando do **I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. O evento aconteceu no último dia 23 de junho. Na ocasião, a professora abordou o tema *A utopia de um novo paradigma para a economia*, com base em Karl Marx. Sobre o tema de sua explanação, Leda Paulani concedeu uma entrevista na 146ª edição do **IHU On-Line**, de 20 de junho de 2005.

### Ecoss do evento

“Fiquei sabendo do **Ciclo de Estudos** por meio da palestra sobre Keynes, que me interessou e me motivou a continuar assistindo ao evento. A explanação da Leda Paulani foi bem didática e explicativa. Gostei quando uma professora que estava na platéia fez a ela uma pergunta provocativa sobre as conseqüências, na sociedade, do aumento do progresso tecnológico. Leda respondeu dizendo que há duas possibilidades: ou a sociedade se adapta e vive bem com isso ou aumenta a desigualdade social. Este ciclo é muito produtivo, pois está na hora de rever os clássicos da economia, inclusive Marx, que precisam de uma atualização”.

**Henrique Schilling Klein, aluno da graduação em Economia na Unisinos.**

“A professora apresentou o tema com uma linguagem muito clara e acessível, o que facilitou a compreensão do conteúdo, já que o ciclo é voltado não só para economistas, mas para pessoas de outros cursos também. Leda Paulani apresentou um conteúdo completo sobre

Marx. A palestra, em geral, foi muito boa. Como estudante de Economia, procurei esse ciclo porque tenho que estar sempre buscando mais conhecimento. A palestra da professora Leda serviu para esclarecer melhor conteúdos do curso de graduação. Acho a proposta do ciclo muito boa”.

**Vanessa Polese Kuajara, aluna da graduação em Economia na Unisinos.**

## Quarta com Cultura Unisinos

### CICLO DE ESTUDOS REPENSANDO OS CLASSICOS DA ECONOMIA

O tema *A Utopia de um novo paradigma para a economia* será apresentado pelo Prof. Dr. Eduardo Maldonado, da UFRGS, na próxima edição do **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**, na programação do projeto **Quarta com Cultura Unisinos**. A explanação que tratará de Karl Marx (1818 - 1883), cuja principal obra é *O Capital*, acontecerá no próximo dia 29 de junho, das 19h30min às 21h30min, na Livraria Cultura, localizada no Bourbon Shopping Country, em Porto Alegre. Este tema foi apresentado na Unisinos pela professora Leda Paulani, da USP, no último dia 23 de junho. Sobre ele, a professora concedeu uma entrevista na 146ª edição do **IHU On-Line**, de 20 de junho de 2005.

## Cadernos IHU Idéias

### IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO CONTEXTO DO EMERGENTE MERCADO RELIGIOSO BRASILEIRO

O tema dos **Cadernos IHU Idéias** n.º 36 é *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso. Uma análise antropológica*. O autor é o Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut. Inicialmente, o autor contextualiza a questão, tendo como base o último censo demográfico para demonstrar que “as igrejas do protestantismo tradicional vêm perdendo terreno para as pentecostais”. Ele vai além, ao afirmar que, conforme pesquisas sociológicas e antropológicas, esse crescimento vem acompanhado por “uma ampla transformação na conduta e no modo de ser dos pentecostais”. Num segundo momento, o mais longo do artigo, o autor analisa a identidade da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD e o mercado religioso. O título é *A Igreja Universal do Reino de Deus, sua identidade e o mercado religioso*. Segundo o artigo, o elemento simbólico mais importante para a construção da identidade da IURD é o “diabo”. “As imagens e representações acerca do diabo são, portanto, altamente operacionais no exercício que os membros da IURD fazem para construir sua identidade religiosa, com base nas identidades que atribuem aos grupos religiosos concorrentes. Interessante é notar que o ‘nós somos’ da IURD apóia-se mais na oposição ao diabo e seus aliados (as outras igrejas e religiões) do que nas associações com Deus, associações essas menos manifestamente presentes nos discursos dessa igreja”, escreve o antropólogo gaúcho. E continua: “A IURD tem, inegavelmente, características empresariais e expansionistas”. É o que é abordado no terceiro momento do texto sob o título *A IURD como organização direcionada ao “mercado”*. Segundo o autor, a IURD “já surge escancaradamente orientada para o mercado, pois, pelo que se observa, seu modelo organizacional foi racionalmente concebido para funcionar como empresa”. Concluindo o artigo, Jungblut afirma que a IURD “assumiu, em sua trajetória, feições identitárias e organizacionais claramente orientadas para o mercado religioso que emergiu nas

últimas décadas. Essa situação faz da IURD um caso paradigmático no contexto religioso brasileiro, pois antes dela nenhum outro grupo havia se lançado à disputa por fiéis com tamanha ambição mercadológica". O autor é antropólogo, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

## AS CONCEPÇÕES TEORICO-ANALITICAS E AS PROPOSIÇÕES DE POLITICA ECONOMICA DE KEYNES

"As análises e proposições de política econômica de Keynes, enquanto ele era *policy adviser* do Tesouro Britânico, e as concepções teóricas e as prescrições econômicas contidas em seus artigos e livros, dentre os quais o de maior repercussão, ***The General Theory of Employment, Interest and Money***, influenciaram o rumo do capitalismo e revolucionaram o estudo da Economia moderna", escreve o Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho na introdução dos ***Cadernos IHU Idéias***, n.º 37, recém-publicado. Neste texto, Ferrari "mostra, de forma cronológica, como a natureza revolucionária das concepções e proposições teóricas de Keynes é desenvolvida ao longo de sua obra. Nesse sentido, a "revolução" keynesiana é analisada sob uma dinâmica em que, inicialmente, Keynes questiona os fundamentos teóricos da Economia Clássica, quais sejam, regime monetário à la padrão-ouro, Lei de Say e teoria quantitativa da moeda, e, *a posteriori*, ao rejeitar esses fundamentos, apresenta uma concepção teórico-analítica criativa e revolucionária para entender e intervir no mundo real". O núcleo central do artigo apresenta e analisa a (r)evolução da teoria de Keynes. Esta parte intitula-se *Das críticas ao capitalismo liberal à compreensão da dinâmica das economias monetárias: a construção da revolução keynesiana*. Concluindo, o economista constata que "Keynes não queria que o capitalismo sucumbisse, muito pelo contrário, queria salvá-lo. Para tanto, rejeitando o capitalismo *à la laissez-faire*, Keynes propõe um capitalismo administrado, em que as disfunções do mercado fossem supridas pela intervenção do Estado, por meio de políticas públicas e de naturezas normativas imprescindíveis para a construção de um ambiente institucional favorável às tomadas de decisão dos agentes econômicos". Fernando Ferrari Filho é professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, doutor em Economia pela Universidade de São Paulo – USP e pós-doutorado em Economia pela University of Tennessee System, U. TENN. S., Knoxville, Estados Unidos, acumulando artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, bem como capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior.

Os ***Cadernos IHU Idéias*** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço [humanitas@unisinis.br](mailto:humanitas@unisinis.br)

Todos as publicações do IHU estão, igualmente, disponíveis na página [www.unisinis.br/ihu](http://www.unisinis.br/ihu)

## Cadernos Teologia Pública

### TEOLOGIA E COMUNICAÇÃO

"A relação entre a comunicação e a Teologia ainda não está totalmente esclarecida no pensamento da Igreja. Normalmente, quando se fala nesta relação, o que vem à mente é a estruturação de uma 'teologia da comunicação', na tradição corrente de pôr a teologia em tudo. É a chamada 'teologia do genitivo'", escreve Pedro Gilberto Gomes, pró-reitor acadêmico da Unisinos no artigo *Teologia e Comunicação. Reflexões sobre o tema* que acaba de ser publicado no n.º 12 dos ***Cadernos Teologia Pública***. Pedro Gilberto Gomes, ao invés de

“teologia da comunicação”, opta por falar de “relação entre comunicação e teologia”. Depois da introdução intitulada *Relação Comunicação/Teologia*, o autor reflete sobre os *Fundamentos teológicos da comunicação*. Para Pedro Gilberto Gomes, “o diálogo entre as pessoas é o pressuposto fundamental para a comunicação com Deus. Ao ser palavra de Cristo ao mundo, a Igreja é fomentadora da comunicação das pessoas entre si e destas com Deus”. Segundo o autor do texto, “a questão da comunicação libertadora está diretamente ligada com os pressupostos da Teologia da Libertação”. É o que é tratado no terceiro momento do texto que se intitula *Comunicação libertadora na realidade latino-americana*. O autor conclui, afirmando que “o grande desafio da Pastoral da Comunicação hoje é superar a visão instrumentalista dos meios e trabalhar na perspectiva de discutir os processos comunicacionais e do estabelecimento de políticas democráticas de comunicação na Igreja e na sociedade”.

Os **Cadernos Teologia Pública** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço [humanitas@unisinis.br](mailto:humanitas@unisinis.br) Todos as publicações do IHU estão, igualmente, disponíveis na página [www.unisinis.br/ihu](http://www.unisinis.br/ihu)

[\(Voltar ao índice\)](#)

## IHU REPÓRTER

### Roberto Tyska Bueno



*Se alguém na Unisinis tiver algum mal-estar, será bem atendido se ele estiver em horário de trabalho. Esse é Roberto Tyska, enfermeiro do Ambulatório da Universidade, que, na edição desta semana, conta ao **IHU On-Line** sua história de vida. A definição que Tyska dá de si mesmo condiz com a opinião de quem o conhece: “Sou amigo, sincero e, às vezes, exigente. Trabalhar com o Tyska é algo bom, porque estou sempre aprendendo, e o que eu aprendo já passou adiante”. Tyska considera sua história bonita e que devia ser seguida. “Às vezes, por qualquer dificuldade, abandonamos o barco e deixamos de ser quem somos, argumentando que o meio não proporcionou o que precisávamos. As pessoas precisam entender que o meio é importante, mas são elas que fazem por si”, argumenta.*

**Origens, infância e valores** - Sou leopoldense, um legítimo cidadão capilé. Tenho uma irmã mais nova, que acabou de me comunicar que vou ser tio. Meu pai e minha mãe são deficientes visuais, mas isso nunca afetou em nada nossa vida. Pelo contrário, tive grandes lições com eles. Por essa razão, desenvolvi, desde muito pequeno, a maturidade, a independência e a responsabilidade, porque precisava ajudá-los, para que eles pudessem me ajudar também. Meu pai sempre trabalhou fora, se empenhou, mesmo com a dificuldade visual, caminhando sozinho, pegando ônibus. Minha mãe fica em casa, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Quando minha irmã nasceu, eu tinha cinco anos, e minha mãe me disse que foi aí que eu adquiri minha independência. Tenho uma família nota 10. Meus pais me ensinaram tudo o que há de bom: a questão da ética, da honestidade, de saber dividir, de ter orgulho da família, e de ser bom com os outros, mesmo para aqueles que não foram bons para mim.



**Formação** - Comecei meus estudos na Escola Estadual Emília Daudt, que ficava bem próxima da minha casa, aqui em São Leopoldo, cursando lá até a 4ª série do ensino fundamental. Da 5ª até a 8ª série, estudei no Colégio Visconde de São Leopoldo, no centro da cidade, pelo qual tenho um grande apreço. Decidi fazer, no ensino médio, um curso técnico em contabilidade no Colégio ETC, no Centro de São Leopoldo. Estudei lá três anos, reprovei em dois e decidi que não era o que eu queria. Terminei o ensino médio na Escola Estadual Pedro Schneider. Paralelo a isso, fiz um curso técnico em enfermagem na Escola da Paz, que fica no prédio da Cruz Vermelha, em São Leopoldo. Prestei vestibular para Enfermagem na UFRGS, mas não passei. Nessa época, eu já trabalhava no almoxarifado do Centro Médico, em São Leopoldo. Um dia o diretor-presidente, doutor Valmor Ruaro, me perguntou se eu não queria cursar Enfermagem na Unisinos. Eu disse que não tinha dinheiro e que meus pais também não podiam me ajudar. Ele me pediu que fizesse o vestibular que ele iria me ajudar. Esse pontapé inicial foi algo fantástico, que deu um salto na minha vida. Comecei o curso em 1997 e terminei em 2002. Recentemente, fiz uma especialização em emergência cardiológica no Instituto de Cardiologia, em Porto Alegre. Nesse Instituto, participo de um grupo chamado ACLS (sigla em inglês) que tem a finalidade de criar normas e elaborar uma rotina mundialmente aceita para a conduta de atendimento de emergências cardiovasculares. Hoje também sou instrutor desse curso.

**Profissão** - Comecei a trabalhar desde cedo para ajudar em casa. Com 12 anos já era entregador do Jornal Vale dos Sinos. Depois de meio ano, além de entregar o jornal de manhã e de estudar à noite, eu trabalhava à tarde como *office-boy* em uma empresa de lajes pré-moldadas. Um dia, larguei os dois empregos e fui trabalhar na Ferragem Feldmann, de São Leopoldo. Passado um mês de trabalho nesse local, recebi um convite para trabalhar no almoxarifado do Centro Médico da cidade, por um salário duas vezes maior do que eu ganhava. Foi ali no Centro Médico que comecei a me direcionar para o trabalho na área da saúde. No início, o Posto de Saúde da Unisinos era terceirizado para o Centro Médico, e eu fazia alguns plantões ou cobertura de férias. Quando uma colega estava se formando em Enfermagem, surgiu a oportunidade de eu vir trabalhar no Ambulatório da Unisinos como auxiliar de enfermagem. Em 1997, comecei a trabalhar paralelamente aqui na Universidade e no Centro Médico, onde fiquei durante 14 anos. Hoje, além de ser enfermeiro na Unisinos, faço trabalho voluntário atendendo um asilo, onde ajudo a cuidar dos velhinhos, pelo menos uma vez por semana. Também dou aula na Escola da Paz e trabalho em Sapiranga, no centro médico da cidade.

**Trabalho no Ambulatório da Unisinos** - Temos no ambulatório a seguinte concepção: se alguém precisa do nosso trabalho, vamos ajudar para depois perguntar quem é essa pessoa. Depois de atendido, vamos ver se é aluno, professor, funcionário, mestre, doutor... Estamos aí para tirar a dor das pessoas, a ansiedade, a dúvida, para acomodá-la e conversar com ela. Nossa média de atendimentos é de 1.200 pessoas por mês, considerando que nosso ano é de praticamente 8 meses. Além dos casos de doença, também cobrimos a medicina do trabalho: os exames de admissão, os periódicos, os demissionais, os de troca de função e retorno ao trabalho. No meu horário, o turno vespertino e da noite, o atendimento é mais clínico, e o público é, em sua maioria, de alunos. É comum recebermos estudantes que chegam com mal-estar, com torção no tornozelo, que caíram ao descer do ônibus, ou que passaram mal na viagem e estão com náusea, com febre, dor de garganta. Também existem as eventualidades, como crises convulsivas em sala de aula ou atropelamentos. Já atendemos alunos que foram

atropelados na Avenida Unisinos, que correram sério risco de vida, e que, felizmente, foram atendidos rapidamente e hoje estão (entre nós) com plena saúde. A Universidade dispõe de uma ambulância com diversos equipamentos que qualificam o atendimento. Ninguém está livre de precisar. A qualquer momento podemos, por exemplo, ser atropelados por um pato. Isso aconteceu com uma aluna. Um pato veio voando e não desviou, batendo na cabeça da aluna.

**Casamento e namoro** - Fui casado durante seis anos com a Andréia e faz três anos que nos separamos. Ela se formou em Ciências Contábeis pela Unisinos, em 2003. Não tivemos filhos. Foi uma experiência de vida importante. O fato de termos terminado não foi bom, mas foi o melhor que tínhamos a fazer. Faço votos de que ela seja extremamente feliz e tenha tudo de bom. Hoje, namoro o grande amor da minha vida, a Deise, também estudante da Unisinos de Administração Hospitalar.

**Autora** - Clarice Lispector.

**Livro** - *O século dos cirurgiões*, de Jurgen Thorwald.

**Filme** - Um que tem a minha cara: *Patch Adams*, de Tom Shadyac. É um filme no qual me identifico, é bem o que eu tento fazer no meu trabalho.

**Um presente** - CDs.

**Sonho** - Que terminasse a fome no mundo. Fome é algo muito desumano. Se todos pudessem comer e vestir eu ficaria muito feliz.

**Momentos marcantes** - Fui o orador na minha formatura. No meio do meu discurso, uma colega se aproximou de mim, no púlpito, e pediu licença. Ela pegou o microfone e anunciou que a turma gostaria de fazer uma homenagem ao colega escolhido por todos, que era eu. Eu não sabia o que dizer e ainda teria que terminar o discurso como orador. Outra experiência marcante foi quando eu ganhei um carro, em 1989, num sorteio de final de ano, por ter comprado uma camiseta. Nós morávamos de aluguel, então eu vendi o carro e comprei a casa onde minha família mora até hoje. Foi muito bom realizar o sonho da minha mãe que vivia triste por não ter a casa própria.

**Nas horas livres** - Jogar futebol e visitar os amigos, estar com as pessoas de quem eu gosto.

**Unisinos** - É uma casa muito boa, que me proporcionou uma formação ímpar. Tenho orgulho de dizer que sou formado pela Unisinos e que trabalho aqui. Hoje ela está passando por algumas transformações importantes, que estão acontecendo em todo o contexto social. Temos que trabalhar de acordo com essas transformações, sem mudar o espírito humano, de evolução, para que a Unisinos continue melhorando. Todos os setores devem se envolver, cada um colaborando ao fazer sua parte.

**Instituto Humanitas Unisinos** - É um setor fantástico dentro da Unisinos, uma área aberta para temas polêmicos, discussões, socialização das culturas. O IHU tem uma função muito importante na Universidade. Espero que ele seja um modelo para as instituições que não têm setores parecidos. Ter um espaço cultural como esse, que coloca em debate alguns pontos

importantes da atualidade, apontando uma posição, é fundamental em uma universidade. O IHU nos ajuda a entender coisas que, às vezes, gostaríamos de perguntar e não temos oportunidade. Ele está de parabéns por todo o trabalho que desenvolve.

[\(Voltar ao índice\)](#)

**EXPEDIENTE:**

*IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Diretor do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling ([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br)). Diretora Adjunta: Profª Dr.ª Hílina Reis ([hiliana@icaro.unisinos.br](mailto:hiliana@icaro.unisinos.br)). Gerente Administrativo: Jacinto Schneider ([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br)). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó ([soniam@unisinos.br](mailto:soniam@unisinos.br)), Pedro Luiz S. Osório ([posorio@bage.unisinos.br](mailto:posorio@bage.unisinos.br)) Mtb 4579, e Graziela Wolfart ([grazielaw@unisinos.br](mailto:grazielaw@unisinos.br)). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre ([mardile@unisinos.br](mailto:mardile@unisinos.br)). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu). Sua versão impressa circula na Unisinos terças-feiras pela manhã, a partir das 8h. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 591.1122 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Ramais: 1173 e 1195.*



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS